



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA ARTE
FACULDADE DE ARTES VISUAIS
CURSO DE MUSEOLOGIA

JOSIANE MARTINS MELO

MUSEALIDADE NO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI:
Trânsitos da Cultura Material Marajoara (1870-1903)

Belém
2014

JOSIANE MARTINS MELO

MUSEALIDADE NO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI:
Trânsitos da Cultura Material Marajoara (1870-1903)

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Faculdade de Artes Visuais
e Museologia do Instituto de Ciências da
Arte da Universidade Federal do Pará
como pré-requisito para obtenção do título
de Bacharel em Museologia.

Orientador(a): Prof. Dr. Agenor Sarraf
Pacheco

BELÉM
2014

JOSIANE MARTINS MELO

MUSEALIDADE NO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI:
Trânsitos da Cultura Material Marajoara (1870-1903)

Data de Aprovação: 23/12/2014.

Conceito: Excelente

Banca Examinadora:

PROF. DR. AGENOR SARRAF PACHECO (UFPA)
Orientador

PROF. DR. JERÔNIMO DA SILVA E SILVA (UFPA/UNAMA)
Examinador Interno

PROF. MSC. RODRIGO DE SOUZA WANZELER (FACULDADE IPIRANGA)
Examinador Externo

À Matilde “guerreira forte”, Josué, Buddy.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é importante, motiva o entendimento do papel de cada pessoa ou coisa em sua vida.

Agradeço a Deus e todos os panteões, entidades e espiritualidades que movimentaram a minha vida de maneira justa. À Marcela que no céu se encontra.

Aos meus pais, Matilde e Josué, pelo apoio e compreensão nas horas difíceis. A toda minha família, Vó Tereza, Vó Lindalva, Vô Milton, Thais, Thallys, Vinicius (pede mil), Renata.

Ao meu companheiro e amigo Ewerton Junior por sempre motivar a minha cabeça a pensar com o coração e com mais amor. Por me ensinar a dar amor. Aos pais de Ewerton.

Ao curso, todo o corpo docente e administrativo. A todos os funcionários da Universidade Federal do Pará e do Instituto de Ciências da Arte.

Agradeço ao meu orientador Agenor Sarraf Pacheco por todas as suas vivências afroindígenas emprestadas. Foram os três anos de orientação mais bem oferecidos, com amor e dedicação.

Agradeço ao Grupo de Estudos Culturais da Amazônia (grande GECA) por todos os semestres juntos, por todas as contribuições teóricas e amigas. Por todas as comilanças em fim de encontro. Este trabalho é GECA.

Aos meus amigos e companheiros de curso. Ao Emanuel pelas ajudas bibliográficas, fílmicas e museológicas. Ao Caio pelas fofocas saudáveis. À Fabíola com seus conselhos bacanas. À Jully e Filipe pelas palhaçadas.

À minha amiga Melissa que, mesmo longe, sempre torceu pelas minhas vitórias.

Ao meu cachorro Buddy por todas as madrugadas junto a mim.

A todos os objetos materiais e imateriais.

“As artérias do mundo arrancadas, desmanteladas, desenraizadas, voltaram-se para mim e me fecundaram”.

Franz Fanon

“Escrever nada tem a ver com significar, mas com agrimensar, cartografar, mesmo que sejam regiões ainda por vir”.

Gilles Deleuze e Félix Guattari

“O museu é um templo do tempo da memória. [...] Com os bens culturais musealizados é possível, no entanto, a troca simbólica, o escambo de informações”.

Mário Chagas

RESUMO

O trabalho buscou entender a musealidade de objetos que transitaram de realidades amazônicas, especialmente da região marajoara, para o Museu Paraense Emílio Goeldi, no período de 1870 a 1903. A investigação refletiu acerca das condições migrantes de objetos para museus no século XIX e as suas relações sociais e simbólicas. No trânsito dos objetos marajoaras para dentro da instituição museal foram observados o tratamento e as relações entre museu e sociedade da época. A metodologia utilizada foi a da cartografia, baseada em autores como Martín-Barbero e Deleuze e Guattari. Utilizaram-se documentos de época e neles foram mapeados aspectos das relações sociais entre museu e objetos marajoaras, com destaque para aqueles produzidos pelo Museu Nacional do Rio de Janeiro e Museu Paraense Emílio Goeldi, cujas naturezas eram cartas, relatórios, notas e boletins. Ampliaram-se o acervo de fontes os periódicos: Jornal do Pará e o Folha do Norte. Nesses documentos foram sinalizadas abordagens sobre a prática do Museu em relação à cultura material marajoara. A pesquisa deixa ver que o trânsito de objetos está inteiramente ligado ao tratamento científico de objetos coletados nas regiões marajoaras no período em tela, apontando a lógica da preservação e seus sentidos políticos.

PALAVRAS-CHAVE: Musealidade, Museu Paraense Emílio Goeldi, Trânsito, Objetos Marajoaras.

ABSTRACT

This study aimed to understand the musealidade objects carried over from Amazon realities, especially marajoara region for the Goeldi Museum, in the period from 1870 to 1903. The research reflected about migrant conditions objects to museums in the nineteenth century and its social and symbolic relationships. In the transit of marajoaras objects into the museum institution was observed treatment and relationships between museum and society of the time. The methodology used was the cartography, based on authors such as Martin-Barbero and Deleuze and Guattari. We used the time and documents them were mapped aspects of social relations between museum and marajoaras objects, especially those produced by the National Museum of Rio de Janeiro and the Goeldi Museum, whose natures were letters, reports, notes and newsletters. We expanded the sources of the acquis journal: Jornal do Pará and the Folha do Norte. These documents were marked approaches on the practical Museum in relation to culture marajoara material. The research is to see that the traffic objects is fully connected to the scientific treatment of objects collected in marajoaras regions in the period under consideration, pointing the logic of preservation and their political senses.

KEY-WORDS: Musealidade, Paraense Emílio Goeldi Museum, Transit, Marajoaras objects.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I: MUSEOLOGIA E ESTUDOS CULTURAIS.....	14
CAPÍTULO II: “ERA DOS MUSEUS”, COLECIONISMO E TRÂNSITO.....	29
CAPÍTULO III: MUSEALIDADE, MUSEALIZAÇÃO E TRÂNSITO DE OBJETOS.....	37
CAPÍTULO IV: MUSEALIDADE NO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI DE 1870 A 1903.....	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
FONTES DE PESQUISA.....	59
REFERÊNCIAS.....	61

INTRODUÇÃO

A pesquisa em questão busca analisar a musealidade¹ do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) no período de 1870 a 1903 para fazer pensar como este museu organizou metodologicamente suas ações museológicas. A perspectiva desta escrita pretende entender a musealidade de objetos que transitavam entre os mundos museológicos, bem como refletir sobre as condições migrantes de objetos para museus no século XIX. As indagações da pesquisa surgiram pela necessidade de se querer responder sobre como estava configurada a prática museológica na região Amazônica, especialmente sobre a região marajoara, entre os séculos XIX e XX. Logo, pergunta-se qual a musealidade do Museu Paraense entre o final do XIX e início do XX? Quais relações possuem os termos musealidade, musealização e trânsito de objetos nesse momento?

Para alcançar o objetivo proposto procurei cartografar documentos que ajudaram a entender como o Museu Paraense Emílio Goeldi estruturou-se para compor sua prática colecionista de objetos encontrados em alguns lugares na Amazônia, especialmente de regiões marajoaras² (uma das primeiras áreas exploradas pelo museu) produzindo uma espécie de musealidade diaspórica³. A base teórica sustenta-se nos Culturais e Pós-Coloniais, explorando as temáticas do museu, patrimônio e cultura material. Exploram-se fontes que sinalizem aspectos do processo museológico que constituiu o Museu Paraense Emílio Goeldi na virada do século XIX para o XX, principalmente no que tange ao trânsito de objetos em uma das primeiras experiências museológicas na Amazônia.

A metodologia adotada é a cartografia, porque pretende mapear e analisar documentos que sinalizem as práticas do Museu Paraense Emílio Goeldi no período já citado. Para isso, foram lidos e fichados documentos que circulavam na época como relatos de viajantes que adentraram a Amazônia, o Jornal do Pará de 1870 a 1888, Folha do Norte de 1896-1912, além de documentos produzidos pelo Museu

¹ A musealidade é, de acordo com P. V. Mensch “uma qualidade distintiva dos objetos de museus” (MENSCH *apud* CHAGAS 1991, P 79). Mas, a abordagem da musealidade neste trabalho segue o que Mario Chagas propõe ao sugerir a relação social dos objetos, o conceito para além do “objeto” visa perceber “o espaço de manifestações desses objetos, bem como a relação dos mesmos com o homem/sujeito- criador, conservador e destruidor de bens culturais. O objeto museológico seja ele qual for só tem sentido em relação” (CHAGAS, 1991, p.80-81).

² Outras regiões também são citadas no trabalho, como Guayana Brasileira, do arquipélago de Marajó, do alto Capim, dos arredores de Belém e do Ceará.

³ Esta colocação-percepção será mais bem analisada no decorrer do trabalho.

Nacional do Rio de Janeiro e pelo Museu Paraense Emílio Goeldi em Belém nesse período. No conjunto desses documentos presentes, levantou-se relatórios, notas, cartas, *Revista da Exposição Antropológica Brasileira de 1882*⁴; e os *Boletins do Museu Paraense de História Natural e Ethnographia* de 1894 a 1903.

Para mapear e interpretar o conjunto de fontes empíricas levantado na pesquisa de campo, dialoga-se com a perspectiva cartográfica de Deleuze e Guattari (1995) com *Mil Platôs vol. 1*, que toma a cartografia enquanto um princípio do rizoma que “não começa nem conclui, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas, inter-ser, *intermezzo*” (p. 48). Nesse sentido, a contribuição deste autor para a análise dos documentos se dá na perspectiva de tomar caminhos sem conclusões, capazes de fazer entender que a escrita do saber é sempre um processo dinâmico em que a preocupação de fins e começos torna-se desnecessária (p. 49). Adensa-se a análise cartográfica com Jesus Martín-Barbero (2002) em *Ofícios de Cartógrafos: travessias latino-americanas da comunicação na cultura*, quando orienta a rearticular “teoria-metodologia”. Assim, desafia

[...] indisciplinar os saberes diante das fronteiras e dos cânones, despregando a escrita como meio de *expressividade conceitual* e, finalmente, mobilizando a imaginação categorial, que é aquilo que torna pensável o que até agora não foi pensado, abrindo novos territórios ao pensamento (p. 19).

De acordo com o cadastro de museus do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), entre os anos de 1808 a 1900, 11 museus existiam no Brasil (IBRAM, 2011, p.61) e dois deles são de grande importância para o debate museológico na Amazônia, o Museu Paraense Emílio Goeldi em Belém e o Museu de Numismática Bernardo Ramos em Manaus. Assim, essa pesquisa se mostra importante para pensar a museologia diante de uma perspectiva histórica na Amazônia.

No levantamento feito sobre a instituição científico-museológica Museu Paraense Emílio Goeldi foram encontrados os respeitáveis trabalhos de Nelson Sanjad: *Emílio Goeldi (1859-1917) e a Institucionalização das Ciências Naturais na Amazônia* e “*Ciência de potes quebrados*” *Nação e região na arqueologia brasileira do século XIX*. Nesses dois trabalhos o autor procura destacar a importância de dois personagens, Ferreira Pena e Emílio Goeldi, que contribuíram de maneira

⁴ Estes documentos estão disponíveis no site do Arquivo Digital do Museu Nacional do Rio de Janeiro. <http://www.obrasraras.museunacional.ufrj.br/>

significante para a institucionalização da ciência na Amazônia Paraense. Somam-se aos trabalhos de Sanjad, *A Coruja de Minerva: o museu paraense entre o império e a república (1866-1917)*, o qual pretende “refletir sobre a construção institucional do Museu Paraense, tendo como pano de fundo a passagem do Império para a República.” (SANJAD, 2010, p. 16).

Ampliou o mapeamento *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*, importante trabalho que trata da relação entre a ciência e a constituição dos museus no Brasil, de Margaret Lopes. Esse livro situou a pesquisa para discutir o Brasil nos quadros das institucionalizações museológicas no século XIX. Já o artigo *O Museu do Estado da Bahia, entre ideais e realidades (1918-1959)*, de Suely Moraes Ceravolo, discute as práticas museológicas no Museu do Estado da Bahia em épocas remotas.

Além desses encontros teóricos, a relação entre museologia e museus no Brasil e no mundo foi apreendida em Betânia Gonçalves Figueiredo e Diana Gonçalves Vidal com a obra *Museus: Dos Gabinetes de Curiosidades à Museologia Moderna* e em Dominique Poulot com *Museus e Museologia*. Ao pensar os fundamentos da museologia, a pesquisa museológica e as realidades Museais, foram selecionados trabalhos avulsos de Vinos Sofka (1978), Ana Gregorová (1990), Mathilde Bellaigue (1992), Zbynek Z. Stránský (2008), Waldisa Rússio Guarnieri (1989), Tereza Cirstina Scheiner, Mário Chagas (1991, 1990) e Marília Xavier Cury (2003) publicados, principalmente, na Revista Ciências em Museus, Revista de Museologia, Revista Museologia e Patrimônio e MAST Colloquia, série de palestras com organização do Museu de Astronomias e Ciências Afins (MAST) que desde 2003 direciona seu ciclo de palestras para o campo interdisciplinar e multidisciplinar da museologia.

Berta G. Ribeiro (1889; 1990) ajudou a apreender sentidos da cultura material e do colecionamento no Brasil. Do mesmo modo, para pensar a América Latina enquanto um novo *lócus* da museologia, conversou-se com o trabalho de Luciana Carvalho *Em direção à Museologia Latino-americana: o papel do ICOFOM LAM no fortalecimento da museologia como campo disciplinar*. Nesta obra a autora se esforçou para entender “a presença da Museologia no espaço latino-americano, seu desenvolvimento e fortalecimento” (2008, p. 05).

Para discursar sobre o trânsito de objetos enquanto um evento social e cultural, utilizou-se do trabalho *Antropologia dos objetos: coleções, museus e*

patrimônios, de Reginaldo Gonçalves que busca traçar os sentidos sociais de coleções e patrimônios. Não existem trabalhos que falem diretamente de uma vida diaspórica das coisas. Tomou-se o trabalho de Arjun Appadurai (2008) para justificar que “as mercadorias, como as pessoas, têm uma vida social” (p 15). Mais precisamente, este trabalho não busca entender os objetos de museus enquanto mercadorias, apesar de em muitos casos apresentarem valores econômicos.

O texto de Bruno Latour (1999) *Redes que La Razón Ignora: Laboratorios, Bibliotecas, Colecciones* mostrou como tomar bibliotecas, laboratórios e coleções enquanto lugares onde circulam signos através de matérias (p. 04). Esta abordagem não deixa de estar presente nos museus enquanto lugares que guardam coleções.

Tomando como hipótese de que a musealidade é mediada pelo trânsito de objetos culturais, todos esses trabalhos foram importantes para pensar os museus enquanto fenômenos sociais que migram e compilam mundos dentro de suas conjunturas culturais. Seguindo está hipótese, o trabalho está estruturado da seguinte maneira:

No primeiro capítulo serão abordadas as relações entre a Museologia e os Estudos Culturais e Pós-coloniais, principalmente, para mostrar as contribuições que alguns autores desse ramo podem promover à Museologia. No segundo capítulo, propõe-se a explicar a “era dos museus” em relação ao colecionismo e o trânsito de objetos na história dos museus e do patrimônio. No terceiro capítulo se procurou entender a musealização e suas musealidades enquanto transformadoras de coisas “fixas” em coisas migrantes. Algumas abordagens possíveis sobre esses termos serão discutidas. No quarto capítulo discute-se sobre algumas perspectivas migrantes da cultura material marajoara e a musealidade do Museu Paraense de 1870 a 1903.

CAPÍTULO I: MUSEOLOGIA E ESTUDOS PÓS-COLONIAIS

O museu é um espaço de muitos diálogos disciplinares, muitos profissionais podem trabalhar conjuntamente com o museólogo. Mas qual, necessariamente, é a função do museólogo? O museólogo está inserido dentro de um espaço “que possibilita a relação entre a pessoa e a realidade, tendo em vista que o museu sempre representa uma realidade fragmentada” (STRANSKY, 1997; SPIELBAWER, 1987 *apud* HERNANDEZ HERNANDEZ, 2006, p.76). Portanto, sua função será a de entender a representação museal a partir dessa realidade fragmentada epistemologicamente. Francisca Hernandez Hernandez em seu trabalho *Planteamientos Teóricos de La Museología*, aborda e questiona a epistemologia da museologia: a museologia enquanto ciência (ou não) e a museologia enquanto uma disciplina heterogênea por natureza, já que é uma disciplina que se propõe a ser uma “ciência geral de museus” devido nascer de colecionamentos gerais. Sobre o estatuto científico da museologia, a autora diz que, segundo os critérios da definição de ciência, afirma que a museologia é uma

disciplina sócio-científica, historicamente crescente, que concerne leis, princípios, estruturas e métodos do complexo processo de aquisição, conservação, documentação, investigação e exposição dos objetos da natureza e da sociedade enquanto fontes primárias do conhecimento (SCHREINER, 1980 *apud* HERNANDEZ HERNANDEZ, 2006, p. 79).

Conversas com história, história da ciência, antropologia, estudos culturais e pós-coloniais fazem dessa pesquisa, assim como a museologia, heterodoxa. Neste capítulo, pretende-se mostrar algumas teorias relevantes para a discussão sobre museus e museologia, e também apontar algumas pontes teórico-metodológicas⁵ importantes para a museologia, enquanto campo interdisciplinar, principalmente com os Estudos Culturais e Pós-coloniais.

Quando se discute os museus e a museologia muitas crises epistemológicas são colocadas, principalmente no que tange à nova museologia. A museologia nasce enquanto ciência quando seu objeto de pesquisa é discutido e determinado. “A museologia palmilha o mesmo ingrato caminho das outras Ciências Humanas e

⁵ Essas pontes teóricas são fruto do diálogo intenso com o Grupo de Estudos Culturais da Amazônia (GECA), sob a coordenação de Agenor Sarraf Pacheco e Jerônimo Silva, que realizam desde 2011 encontros quinzenais para estudar, refletir e aplicar as teorias dos Estudos Culturais e Pós-coloniais na Amazônia.

Sociais tendo, a cada momento, de validar o seu estatuto científico” (RÚSSIO, 1989, p. 08). Autoras e autores como Vinos Sofka, Ana Gregorová, Zbynek Z. Stránsky, Waldisa Rússio, Tereza Cirstina Scheiner, Mario Chagas, Cristina Bruno, Manuelina Cândido e Marília Xavier Cury são de muita importância para se pensar os “pulos nos vazios” (CARVALHO, 1989: 87 *apud* CHAGAS, 1991, p. 81) da museologia, ou seja, a ousadia de se tentar pensar um novo modo de olhar a museologia, suas teorias e práticas.

Nesse sentido, esses autores contribuíram para repensar a “interação entre o patrimônio cultural e a sociedade” (CURY, 2005, p. 63), por isso serão visitados e revisitados no sentido de permitir compreensões do tema de pesquisa, já que ajudam a pensar a teoria museológica e a problematizá-la em diferentes tempos e contextos geohistóricos.

Ao traçar o estágio de desenvolvimento do museu e da Museologia desde o século VI a.C até os dias de hoje, Waldisa Rússio Gruarnieri (1989) mostrou como foram percorridos os caminhos dos museus, o fazer museal e a museologia em vários momentos da história. O texto da autora é teoria base para quem quer entender a museologia. Diz esta autora que existem momentos significativos na história dos museus, do fazer museal e da formação profissional:

- 1- O **primeiro momento** é o que remonta o Museu de Alexandria no século III que seguiu um modelo aristocrático, nobre, um fazer museal puramente científico, de avanço científico e experimentações. Nesse momento, não existia diferença entre museus, bibliotecas e arquivos.
- 2- O **segundo momento** remonta à Renascença quando a Ciência e a Arte dividem os museus em Galeria de Arte e Gabinete de Curiosidades. Nesse momento, o colecionismo é o que marca o fazer museal, o crescimento das coleções é um status de poder.
- 3- O **terceiro momento** é quando se consagra o termo Museu veiculado à ideia de nação. Passa-se do Museu do Iluminismo para o Museu do Romantismo. O fazer museal ainda está também pautado em um colecionismo com organizações pouco complexas, sem especializações na infra-estrutura administrativa, o conservador é o conhecedor.
- 4- O **quarto momento**, para a autora, marca o momento da urbanização e modernização trazendo para o fazer museal as especializações e a

profissionalização. O fazer museal abandona a mera descrição para uma análise técnica.

- 5- O **quinto momento** é a atualidade, segue os esforços do quarto momento. Aqui a organização museal é questionada em sua forma e estrutura, sua filosofia e ação prática. (p. 07-09)

O quinto momento, apesar de Rússio estar pautando essas questões no século passado, hoje ainda se encontra bastante presente nas discussões sobre a prática e a teoria museológica. A partir desse apanhado, a autora, citando o Instituto de Museologia de São Paulo, defende a museologia como “ciência nova e em formação [...] cujo objeto é o fato museal ou museológico, relação profunda entre o homem, sujeito que conhece, e o objeto, parte de uma realidade da qual o homem também participa num cenário institucionalizado, o museu” (p. 10). Nesse sentido, museus deveriam repensar suas práticas e seu cenário institucionalizado diante da relação entre homem e objeto.

Vinos Sofka (1978), ativista da causa museológica, foi um dos criadores do Comitê Internacional de Museologia (ICOFOM), trouxe a museologia para o debate acadêmico, foi vice-presidente do Conselho Internacional de Museus (ICOM) e mostrou a importância de determinar a museologia como um campo disciplinar. Para este autor, o museu reflete o mundo que o cerca, além de ser território responsável por tratar, conservar, pesquisar e comunicar a vida dos objetos em suas relações com as pessoas, lugares e tempos. Na Conferência do ICOM em que publica seu trabalho *A pesquisa no museu e sobre o museu*, Sofka aponta que

Sem pesquisa no campo do Museu- para abordar o tema desta conferência- a função de coleta, registro e preservação seria incompleta e frequentemente impossível. Nem haveria qualquer conhecimento a ser difundido para o público. Na melhor das hipóteses, o museu seria uma coleção de objetos- talvez registrados, conservados e restaurados- mas não mais do que isso. Uma fonte ou reserva de conhecimento, mas sem utilização. (2009, p. 80-81)

Sofka propõe uma maneira interessante de pensar a pesquisa de acervo na museologia, julgando que todas as atividades museológicas são interconectadas, dispostas em cadeia: documentação, conservação, comunicação e pesquisa. Sobre essa integração, o autor cita algumas exigências curatoriais de museus que precisam ser efetivadas dentro de instituições museológicas para que exista um “pluriólogo” e a transdisciplinaridade: 1- Todas as atividades de um museu são

integradas e o curador precisa ter visão ampla da esfera museológica; 2- Além do ramo de pesquisa referente às suas coleções, o museu precisa abrir suas portas de investigação para várias ciências não abrangidas [diretamente] pelo museu e pela pesquisa disciplinar que ele desenvolve; e 3- Preza-se uma pesquisa sobre o museu e sua organização- uma pesquisa que coloque questões, que comece com o trabalho que está sendo desenvolvido e que possa sempre voltar-se para o futuro (2009, p. 83).

Para apurar ainda mais e avançar sobre a teoria museológica, Anna Gragorová (1990), ao discutir sobre o estatuto científico da museologia, mostra como a museologia passou a ser uma disciplina científica que pretende responder as relações específicas do homem com a realidade, principalmente e não somente, aquelas mediadas pelo museu.

A discussão sobre a teoria museológica foi revigorada também por Z. Z Stránsky (1980) quando defende que “a teoria museológica e a museologia têm sua própria história, diferindo grandemente da história dos museus” (p. 104). Os dois autores compartilham ideias sobre as questões teóricas e práticas da museologia. Gregorová aborda pontos importantes para pensar a relação do museu com a museologia, diz que existem relações do museu que fazem parte do tema da museologia: “A relação do museu para a realidade material, (grupo de problemas n.º 1 pertence ao estudo da museologia), similarmente a relação dos museus para a *realidade social* (o 2.º grupo de problemas) cria as condições necessárias para a museologia se tornar uma *ciência interdisciplinar*” (1990, p. 46).

Em complemento ao que Gregorová propõe Mathilde Bellaguie (1992) se interroga sobre a metodologia museológica para entender o caráter científico da museologia. De acordo com a autora, a museologia pode se inscrever no estudo da relação do homem com o real, que abrange o conjunto da vida e do ambiente, indo além da “realidade” de Gregorová (p. 02). Bellaguie se mostra fundamental nesta pesquisa quando pensa a museologia fora de templos tradicionais, fechados e emparedados, passando assim a entender que o campo transdisciplinar da museologia pode investir em novos templos sociais e culturais da vida.

A museologia hoje pretende somar outras perspectivas da noção do seu próprio fazer, pretende fazer entender a sua postulação no mundo de maneira que o museu se torne mediador de relações patrimoniais e não o único centro de análise da museologia. O museu é uma instituição museológica, mas não se restringe a

esse espaço todas as possíveis práticas do campo da museologia. O museu é processual e tem lugar importante na sociedade que lembra e esquece. A museologia, portanto, pode,

[...] alcançar muitos outros lugares ou instituições além de museu, tais como os arquivos, as bibliotecas, as salas de espetáculos, as igrejas e outros templos, a arte de rua, os jardins botânicos ou zoológicos, os parques naturais... (e pode-se imaginar que alcance dentro em pouco os parques de diversões) (GREGOROVÁ, 1990, p.02).

Mas, como olhar essas relações entre o homem e o real/realidade? O primeiro ponto intercessor das relações museológicas é o patrimônio, pois é a partir dele que a museologia se repensa no mundo e suas dimensões temporais e espaciais são postas em crise. Ainda com Mathilde (1992) pode-se pensar o museu sem “um fim em si, é o meio, o lugar onde se afina, se aprofunda, se expressa esse elo entre o homem e o real” (p. 03). Para esta autora, a museologia tem seu laboratório e este se constitui o museu, diz que “o laboratório, por sua vez, tem seu material de experimentação: o real. Ora, o real é representado no museu pelo objeto” (idem).

De acordo com a figura 1 (abaixo), buscou-se ilustrar como esta pesquisa pensou os dois caminhos teóricos tomados tanto por Gregorová quanto por Mathilde na análise acima. Essas autoras abordam o “real” e a “realidade” para ilustrar a museologia e as relações dos museus com o homem e o patrimônio: o “real” abrangendo o conjunto da vida e do ambiente, sua totalidade, (Como sugere Mathilde) e a realidade pensada a partir de uma seleção do particular ligada diretamente ao patrimônio. O homem que tenta perceber o real a partir da mediação dos museus acaba fazendo leituras de realidades patrimoniais que lhe são valoradas, acredita-se que este seja o museu-processo da cultura, onde pessoas se olham ao olhar o museu e o tratamento do patrimônio.

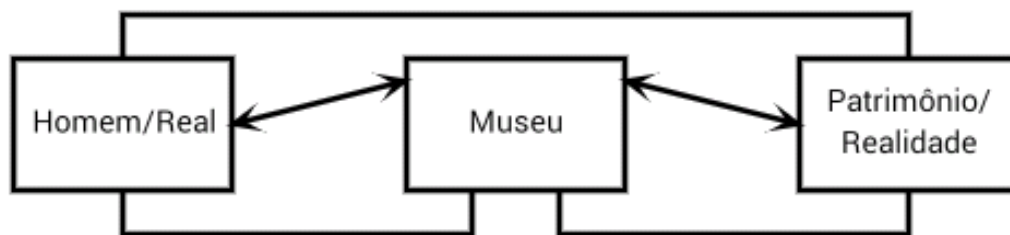


Figura 1

Mario Chagas (1990; 1991) pode nos fazer pensar o campo de atuação da museologia e suas mudanças práticas e epistemológicas. Com um estudo apurado sobre as condições científicas da disciplina museologia, o autor mostra como foi construído e desconstruído algumas teorias científicas para considerar o estágio atual da museologia. Uma dessas teorias criticadas é entender o museu enquanto “ciência que tem por objetivo estudar as funções e a organização dos museus” (UNESCO, 1958). Essa teoria esteve fortemente presente nas décadas de 50, 60 e 70 no Brasil e no mundo e se mostra funcionalista e tecnicista. Tal tradição funcionalista vem desde os gabinetes de curiosidades seguindo a referência do objeto como centro epistemológico da museologia. Sobre a guarda das coleções das ciências naturais, diz Ana Machado (2005) que,

No Brasil, os museus do século XIX estiveram entre as instituições privilegiadas de pesquisa científica e tecnológica, aliadas ao processo de institucionalização das Ciências Naturais. Como nos *gabinetes de curiosidades*, as coleções reúnem espécimes e objetos que permitem aos cientistas naturalistas materializar os objetos específicos das ciências naturais, quais sejam mobilizar, classificar e ordenar o mundo e, também, remeter a Portugal exemplares importantes da fauna e da flora, dos minerais e de ornamentos indígenas que acabavam que incorporar o acervo do Gabinete de História Natural de Portugal, que, desde o século XVI, tinha expressiva recolha de coleções de *naturalia* e *artificialia* provenientes do novo mundo. (p. 138).

Mario Chagas, em relação a esse modo de pensar a museologia e seu objeto de estudo, explora suas concepções e analisa as teóricas de Peter Van Mensch (1994) que nos levou a pensar a museologia enquanto: 1. Estudo da finalidade e organização dos museus; 2. Estudo, implementação e integração das atividades visando à preservação e uso da herança cultural e natural; 3. Como o

estudo dos objetos de museus; 4. Como o estudo da musealidade; Como o estudo da relação específica entre o homem e a realidade (MENSCH, p. 04-14).

Chagas afirma que esse paradigma de se pensar a museologia própria para os museus e seus objetos está ameaçado, pois, além de pensar os objetos pelo seu caráter técnico e funcionalista. Para o autor, o objeto de estudo da museologia vai além de mera descrição técnica e cuidados técnicos para com os objetos, mas aborda uma complexidade de relações, usos e sentidos dados aos patrimônios, seus territórios, espaços, comunidades, sociedades locais, sujeito, público e homem:

Os termos patrimônio, coleção e objeto/ bem cultural nos colocam diante da dimensão do tempo e da memória. Isto fica claro através do termo patrimônio que pode ser compreendido como herança ou um determinado recorte de fragmentos culturais que se transmite de uma geração para outra. Os termos território, edifício e espaço/cenário colocam-nos diante da dimensão do espaço. E os termos comunidade ou sociedade local, público e homem/sujeito introduzem nesta citação a dimensão humana, a consciência histórica e social (1991, p. 81).

A partir do momento em que os profissionais de museus passam a ver a museologia além dos “muros” dos próprios museus e de seus objetos, a museologia entra em um momento de novas aspirações teóricas e práticas que são importantes principalmente para pensar as relações entre patrimônios e suas comunidades. O museu passa se criticar todas as suas ações e hoje procura estar a serviço do que faz ele vivo, das pessoas em sintonia com objetos. Francisca Hernández Hernández (2006) que busca entender quais são as tendências atuais para se entender a museologia, coloca algumas reflexões sobre a *museologia crítica* e os papéis que os museus devem tomar hoje, diz que os museus tinham sido lugares de conservação e exposição de objetos por muito tempo, mas hoje os museus estão se transformando em espaços de negociação cultural que toma o lugar de “mediador cultural em um entorno multicultural e cambiante, onde os problemas de racismo e de enfrentamento étnico e cultural afloram com muita facilidade” (p. 207).

A museologia crítica enquanto mutação decisiva no fazer museal, defende o museu enquanto um espaço de conhecimento e de melhoria da condição humana. Para a museologia crítica o conhecimento produzido nos museus está culturalmente, social, politicamente e economicamente determinados (NAVARRO; TSAGARAKI, 2010, p.10). A busca por mobilizar o fazer museal a se criticar e a criticar os modos de produção de conhecimento dentro dos museus, fez com que este trabalho

pudesse propor algumas conversas com intelectuais dos Estudos Culturais e Pós-coloniais, principalmente, para intervir nos “modelos prontos” de produção de conhecimento dentro dos museus.

Pensando as abordagens complexas e relacionais do objeto de estudo da museologia e na proposta crítica da disciplina, os museólogos também fazem parte e contribuem para as relações, os usos e sentidos dos patrimônios. Os museólogos são os profissionais que vão mediar relações com os patrimônios dentro das relações mediadoras que propõem os museus. Assim, vê-se o museólogo enquanto o profissional que faz mediações entre o patrimônio, a sociedade e o território, tendo a função de interdisciplinarizar o museu, unir seus profissionais para atuar de maneira compilatória nas realidades museológicas.

Com a figura do museu enquanto o mediador cultural propõe-se “transdisciplinarizar” o museu e seus profissionais, pois não se pode mais pensar o mundo museal de maneira setorizada e hierarquizada. Deve-se entender a construção do conhecimento diante de uma justiça cognitiva onde os saberes se relacionam para avançar além dos seus limites e englobar os outros no processo de construção e gestão do conhecimento. Assim, para apurar a discussão sobre o desafio do conhecimento disciplinar, utilizou-se o diálogo com Cássio Eduardo Viana Hissa (2008) para tentar entender a transdisciplinaridade moderna.

O desafio é entender a necessidade das abordagens ditas transdisciplinares no pensamento contemporâneo fazendo surgir alternativas ao tratamento hegemônico do saber. Buscam-se hoje experiências mais ricas e mais abertas às vozes do mundo. O modo de pensar além das fronteiras disciplinares pode incorporar aos museus e aos seus profissionais práticas que superem o tempo da razão moderna onde os conhecimentos do mundo são divididos, principalmente, entre conhecimento científico e não científico (crenças, cosmologias), aqui está a principal tarefa do museólogo e de outros profissionais no trato do conhecimento, ultrapassar essas correntes de pensamento que aprisionam o homem em tipos ideais de saberes. Hissa afirma que a modernidade é a grande mãe do pensamento racional unívoco e está presente desde a Grécia Antiga, passando pela renascença com o iluminismo e as revoluções que marcam os séculos XVII e XVIII. Sobre a modernidade, sugere-se que:

aspira a uma razão unívoca, como se não houvesse razões diversas, tornando invisível e deslegitimada toda e qualquer razão: ambas, portanto, produtos da razão cartesiana unívoca, transformando-se em uma outra: **A monocultura da razão cartesiana e a monocultura do saber científico que se esvazia de sabedoria.** (HISSA, 2008, p. 16)

Contra a monocultura da razão e do saber científico, espera-se que museológicos e todos os profissionais que lidem com patrimônio se postulem criticamente diante das questões do conhecimento, principalmente de conhecimentos que giram em torno de memórias. A monocultura do saber gera tipos de colonialidades que criam a crença de superioridade de alguns saberes em detrimento de outros. Contra isso, com o intuito de propor um fazer museal a partir de uma “desobediência epistémica”, optou-se por dialogar com Walter Mignolo (2010) para entender as colonialidades do poder (econômico e político), colonialidades do conhecimento e colonialidades do ser (gênero, sexualidade, subjetividade e conhecimento). A ponte feita com o trabalho de Mignolo, *Desobediencia Epistémica: retórica da modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad*, surgiu para que fosse possível discutir sobre a descolonização epistemológica dentro dos museus e para se pensar as possibilidades de epistemologias fronteiriças. Como afirma o autor, “para desprenderse de la matriz colonial del poder y de la lógica de la colonialidad organizada en *pensée unique* (a la monocultura de la mente –Vandana Shiva) és necesario instalarse en una epistemologia fronteriza [...]” (p. 24). A epistemologia fronteiriça é aquela que questiona colonialidades/modernidades excludentes e totalitárias e colonialidades de poder que existem em um só sentido do pensar, que

esta atravesada por actividades y controles específicos tales como la colonialidad del ver, la colonialidad del hacer y del pensar, la colonialidad del oír, etc. [...] En suma, colonialidad del poder remite a la compleja matriz o patrón de poder sustentado en dos pilares: el conocer (epistemología), entender o comprender (hermenéutica) y el sentir (*aesthesis*) (2010, p. 12).

Partindo destes pilares: conhecer, entender, compreender e sentir, pode-se dizer que esses pilares interpretativos são os que produzem sentidos dentro do museu e fora dele. Portanto, a primeira tarefa seria fazer brotar dentro do fazer museal teorias e práticas que possam implodir com a colonialidade do conhecer que produz maneiras lineares e unívocas de pensar o mundo a partir do patrimônio e do

museu. Com essa postura, é possível alcançar sensibilidades capazes de valorizar zonas de saberes fronteiriças que questionem, produzam e vejam outras formas de vida na inter-relação.

A descolonialidade do saber deve partir de um intercâmbio de experiências através de saberes diversos. Dentro dos museus deve existir descolonialidades museológicas que investiguem colonialidades nas práticas de conservação, comunicação, documentação, pesquisa e gestão. Em todas essas práticas, tem que se ter em mente que não se conserva e se documenta apenas objetos sem alma, mas se musealiza experiências de pessoas, suas construções, invenções, sempre situadas geohistoricamente.

O movimento para se pensar o fazer de uma outra museologia está imbricado na perspectiva da memória como dimensão dinâmica, camaleônica e produção humana. Por isso, a memória é o principal convergente de descolonialidades, por ela e nela que se deve fermentar o conhecer e o sentir dentro dos museus, já que as práticas museológicas têm seu fundamento na conservação de memórias, sem congelamento.

Nesse sentido, propõe-se que a prática museológica convoque razões subalternas (na contramão da monocultura do saber) para reordenar seus espaços museológicos. Sobre a razão subalterna, Mignolo (2003), afirma que é um “conjunto diverso de práticas teóricas emergindo dos e respondendo aos legados coloniais da interseção da história euro-americana moderna” (2003, p. 139). Ou seja, dar respostas aos legados coloniais também deve ser uma tarefa do conhecimento.

Esse novo movimento cognitivo (ou como diz Mignolo, essa gnose liminar onde se articula razões subalternas) pode seguir a proposta de uma *ecologia de saberes* onde se pretende ultrapassar ideias abissais que a razão moderna criou e *naturalizou* sobre o mundo. Acredita-se que a maior contribuição dos Estudos Culturais e Pós-Coloniais para a museologia esteja no caminho de um pensamento que vá além do abissal, do pensamento dicotômico, isolado, individualizado e disciplinante fruto do pensamento moderno ocidental. A *ecologia de saberes*, diz Boaventura de Souza Santos (2007), está inserida na diversidade epistemológica do mundo e é a partir dessa ecologia que “reconhece-se a existência de uma pluralidade de formas de conhecimento além do conhecimento científico (p. 23).”

Nesse sentido, a museologia precisa ir além das disciplinas científicas para congregiar todos os tipos de saberes e se fazer viva em um mundo de conexões

inesgotáveis. Seguindo esse pensamento, Marília Xavier Cury (2005) mostra as postulações teóricas que fazem parte da história da museologia e fala sobre o porquê da museologia ser transdisciplinar:

A museologia é a área que permite a ligação do social com o patrimonial. É, por isso, uma transdisciplina porque trabalha necessariamente na transversalidade, porque é a possibilidade de recorte da realidade que une desenvolvimento social, dinâmica cultural, políticas públicas, práxis cotidiana, desenvolvimento humano, processo educacional com patrimônio cultural, conhecimento e preservação. (p. 70)

Cury, nesta citação, promove debates importantes para a museologia e os contextos científicos desta pesquisa. Para a autora, a transdisciplina trabalha na transversalidade para que se una desenvolvimento social e humano, dinâmica cultural, políticas públicas, práxis cotidiana, educação com patrimônio, conhecimento e preservação. Toda essa etapa transversal também precisa seguir o pensamento ecológico colocado por Boaventura, assim, o desenvolvimento, as políticas, a educação e o conhecimento precisam seguir rumos pós-abissais para agir. Ou seja, os termos colocados precisam ser dinamizados e relativizados do pensamento moderno ocidental que, como explica o autor, por muito tempo dividiu o mundo em dois: “este lado da linha” e o “outro lado da linha”. A museologia precisa entender os dois lados da linha e cruzá-las para seguir rumos de um *cosmopolitismo subalterno* onde se “consiste em amplificação simbólica de sinais, pistas e tendências latentes que, embora dispersas, embrionárias e fragmentárias, apontam para novas constelações de sentido [...]” (SANTOS, 2007, p. 20). Sobre o trabalho interdisciplinar e transdisciplinar da museologia, Maria Loureiro (2009) discorre sobre alguns pensamentos atuais de Peter Von Mensh:

Sublinhando o papel do objeto como “fonte ilimitada de informação”, Van Mensch defende o desenvolvimento de uma “abordagem aberta” pela Museologia, uma vez que as inúmeras disciplinas que abordam o objeto (entre as quais menciona a história da arte, a arqueologia, a antropologia e a história natural) o fazem por meio de lógicas próprias, que qualifica de “abordagens fechadas”. Tais abordagens seriam dirigidas a aspectos específicos dos objetos, que seriam interpretados nos limites e dentro do contexto de cada disciplina. (p. 109)

Na discussão sobre desenvolvimento social e humano, Arturo Escobar (2010) pensador do Grupo Modernidade/Colonialidade⁶ na América Latina, pôde oferecer mapas cognitivos importantes para entender a invenção do desenvolvimento a partir de categorias como o “terceiro mundo”. O desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos deveria, primeiramente, tentar acabar com a lógica local (porque isso significava atraso social, econômico e cultural), ou seja, toda e qualquer lógica que fugisse da perspectiva eurocêntrica de pensar o mundo era tida como atrasada.

O discurso do desenvolvimento se afoga no discurso colonial que busca “[...] interpretar o colonizado como uma população composta por classes degeneradas sobre a base de origem racial, a fim de justificar a conquista e estabelecer sistemas de administração e instrução [...]” (BHABHA *apud* ESCOBAR, 2010, p. 44). Os museus, nessa velha ótica desenvolvimentista, iria trazer “desenvolvimento” para as comunidades atrasadas. Mas, o autor nos ajuda a pensar o desenvolvimento de uma maneira mais criativa e que ultrapassa a maneira excludente de se pensar. Com análise de James Ferguson (1990), Escobar mostra o enfoque desconstrutivista de desenvolvimento fazendo com que se promova o desenvolvimento sem desqualificar outros sistemas de conhecimento não ocidentais (p. 50). Assim, a primeira tarefa seria pensar o desenvolvimento a partir do local, de modos de vida locais, novas concepções de culturas.

Um dos principais imaginários sociais que se tem dos museus é aquele do qual ele faz parte de um projeto de desenvolvimento, ou seja, o museu chega até uma determinada sociedade para desenvolvê-la à luz do conhecimento. Esse imaginário é fruto de controles iluministas ao pensar o conhecimento no mundo e que continuam em nossa sociedade até os tempos atuais, os museus são lugares privilegiados de luz, progresso e desenvolvimento. Essa discussão pode ser de grande relevância para entender as imagens que são formadas sobre os museus, pois as pessoas, mesmo as que não frequentam museus, têm imagens formadas sobre os museus e usam esse espaço tanto quanto os que frequentam. Sobre o uso dos museus no imaginário das pessoas, diz Cury (2005):

⁶ O Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C) é um grupo latino-americano situado nas universidades das Américas e tem o propósito de discutir a colonialidade criada e recriada no mundo moderno. “O M/C é considerado por Escobar como um “programa de investigação”. Com pouco mais de dez anos de existência, o grupo compartilha noções, raciocínios e conceitos que lhe conferem uma identidade e um vocabulário próprio, contribuindo para a renovação analítica e utópica das ciências sociais latino-americanas do século XXI” (BALLESTRIN, 2013, p.99).

Entende-se como *uso* as infinitas formas como o museu está inserido na vida cotidiana das pessoas, independente delas irem ou não ao museu. O museu faz parte da vida das pessoas no mínimo no imaginário delas (isso não é pouco porque esse imaginário, em grande medida, colaborou para que o museu existisse por séculos) (p. 69).

O museu neste trabalho também reflete a trajetória do colecionismo moderno desde os séculos XV e XVIII. A história dos museus está ligada à história dos colecionismos dos grandes gabinetes de curiosidades, os gabinetes eram compostos por objetos de diversos materiais e diversos lugares, um lugar de guarda da memória total e universal. Essa tradição colecionista fez da museologia uma ciência voltada exclusivamente para suas coleções.

De acordo com a historiadora Marlene Suano (1986), os museus do século XIX refletiam um lugar “templo dos grandes mestres do passado, do apogeu da civilização clássica greco-romana, grande exposição de tudo o que a natureza e o homem criassem de importante ou exótico” (p. 40). No imaginário comum, os museus têm grande acolhimento dentro da onda dos colecionismos dos últimos séculos. De acordo com Ribeiro (2005), nós somos a espécie que potencializa a soberania cultural calcada no colecionismo e o colecionamento museológico de novos objetos e informações e novos conhecimentos são fruto do século XIV em diante, é nesse período que os museus de História Natural

tiveram suas raízes cravadas prestigiando o acúmulo preservado, organizado proposital, de todo tipo de evidência material portadora de conhecimentos futuros. Ainda e sempre, iluminados esses propósitos por aquela curiosidade inerente à espécie de acumular (agora conhecimento) para prover. (p.74)

Tereza Cristina Scheiner (2008) ao ver o museu dentro da instância de criação do mito, lugar onde as coisas perdem as lembranças da sua produção (p. 58), contribui para pensar o museu e sua aclamação de lugar burguês no imaginário ocidental, infere a autora: “O museu, como hoje é conhecido, é um dos mitos da sociedade burguesa- é uma representação criada pela burguesia para constituir-se enquanto detentora dos processos e produtos da memória do mundo” (p. 59).

O colecionismo e os museus se retroalimentam, geram fontes de conhecimento e poder que justificam o desenvolvimento social. Esse imaginário de museu enquanto lugar burguês e “desenvolvido” será problematizado por algumas

considerações de Hugues de Varine (2013) ao tratar o museu enquanto um instrumento do desenvolvimento local. O autor explica em seu livro *Raízes do Futuro* que “o desenvolvimento era por sua vez um conceito econômico, reservado aos países em vias de desenvolvimento, majoritariamente às antigas colônias europeias”. (p. 172).

Tanto Varine quanto Escobar vão pensar o desenvolvimento local como maneira de resistência ao desenvolvimento eurocêntrico. É esse tipo de desenvolvimento que os museus devem repensar para o seus territórios, o desenvolvimento que não torna a vida menos criativa e menos aproveitável dentro dos museus. Varine, mais que falar apenas de desenvolvimento, faz com que este possa ser pensado em diálogo com o patrimônio, assim, todo o trabalho deste autor no faz questionar as mudanças culturais, econômicas e sociais através dos patrimônios. Para o autor, é no patrimônio que se nutre a ideia de mudança social e cultural, é dele que emanam as energias de mudança do homem. Nesse sentido, o autor coloca o desenvolvimento local como

um processo voluntário de domínio da mudança cultural, social e econômica, enraizado no patrimônio vivido, nutrindo-se deste patrimônio e produzindo patrimônio. [...] O desenvolvimento não pode se fazer sem a participação efetiva, ativa e consciente, da comunidade que detém esse patrimônio (VARINE, 2014, p.20-21).

Com tudo isso, a perspectiva maior aqui seria de pensar o desenvolvimento dentro do que Mignolo (2014) tece crítica: pensá-lo fora do mito da modernidade, de uma civilização europeia superior baseada em um desenvolvimento europeu (p. 15). Pensá-lo nas margens.

As considerações metodológicas deste trabalho se utilizarão de autores pós-estruturalistas e dos estudos culturais como tarefa para a museologia de tomar novas abordagens teórico-metodológicas, como exemplo da cartografia.

Sobre a ideia de documento, partiu-se da análise de Ortega e Lara sobre a tradição filosófica anglo-saxã de pensar o documento, entende-se que “as práticas documentárias institucionais fornecem à informação, peso, massa, inércia e estabilidade que materializam a mesma a tal ponto que podem configurar profundamente a vida social” (2010, p.09). O documento não é só o papel em si, é qualquer elemento capaz de transferir informações.

Os documentos utilizados nesse trabalho foram encontrados na secção de obras raras da Biblioteca central da Universidade Federal do Pará, Arquivo do Museu Nacional do Rio de Janeiro e Museu Paraense Emílio Goeldi. Esses documentos datam de 1870 a 1903 e foram fichados sinalizando questões sobre a musealidade do Museu Paraense Emílio Goeldi na Amazônia. Nesse sentido, a abordagem teve como proposta uma *cartografia* de documentos baseada em Deleuze e Guattari (1995) com *Mil Platôs vol. 1* e Jesus Martín-Barbero (2002) com *Ofícios de Cartógrafos: travessias latino-americanas da comunicação na cultura*.

Em Deleuze e Guattari a cartografia a partir do mapa em suas conexões

não reproduz um inconsciente fechado sobre ele mesmo, ele o constrói. Ele contribui para a conexão dos campos, para o desbloqueio dos corpos sem órgãos, para sua abertura máxima sobre um plano de consistência. Ele faz parte do rizoma. O mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Ele pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social. Pode-se desenhá-lo numa parede, concebê-lo como obra de arte, construí-lo como uma ação política ou como uma meditação (DELEUZE; GUATTARI,1995,p.30).

Martín-Barbero ao cartografar as travessias latino-americanas da comunicação na cultura, fecunda-nos a tentar

[...] redesenhar os modelos para que caibam nossas diferentes realidades, com a conseqüente e inapelável necessidade de fazer leituras *obliquas* desses modelos, leituras “fora de lugar”, a partir de um lugar diferente daquele no qual foram inscritos (p. 19).

Diz que a cartografia é formada por mapas cognitivos que hoje buscam construir imagens das relações e dos entrelaçamentos e não apenas criar fronteiras. Diz o autor que “nossos mapas cognitivos chegam hoje a outra figura, a do *arquipélago*, pois desprovido de fronteira que o una, o continente se desagrega em ilhas múltiplas e diversas, que se interconectam” (2002, p. 13). Nesse sentido, o trabalho de cartografar documentos eclode na perspectiva conceitual do arquipélago de interconexões entre documentos em busca de um redesenho no tempo e espaço sobre a musealidade.

CAPÍTULO II: “ERA DOS MUSEUS”, COLECIONISMO E TRÂNSITO

O trânsito de objetos é muito forte no século XIX com o movimento científico de naturalistas e viajantes no novo mundo. É nesse momento que os museus começam a colecionar o maior número de objetos. Nesse trabalho, esse trânsito entre objetos nasce a partir do momento em que as grandes “civilizações” em nome da ciência e dos museus se dispersam para o encontro e para a tomada de objetos materiais da cultura do outro, movimentos imperialistas de objetos e corpos⁷ fazem parte também das civilidades e humanidades dos museus.

Dentro disso, esse trânsito acontece quando esses objetos são realocados para fazerem parte de museus e servirem um vínculo científico com o restante do mundo. No mesmo sentido em que Poulot (2011) defende *as civilidades do patrimônio* para “mostrar como são relatados os “achados” por meio dos inventários, dos percursos e dos intercâmbios [...]” (p. 34). Logo, viu-se que o museu é o lugar privilegiado dos relatos dos “achados”, é nele e por ele que o trânsito de objetos acontece, é por meio da conservação, documentação e pesquisa do patrimônio.

A questão patrimonial e dos monumentos foi analisada a partir das autoras Françoise Choay (2006) e Maria Cecília Londres Fonseca (2009). As autoras reconstróem a trajetória histórica do patrimônio, entendidos como artefatos, objetos e expressões vivas, colocadas na difícil negociação de destruição e construção. Nesse sentido, Choay e Fonseca argumentam que,

o monumento assegura, acalma, tranquiliza, conjurando o ser no tempo. Ele constitui uma garantia das origens e dissipa a inquietação gerada pela incerteza dos começos. Desafio à entropia, à ação dissolvente que o tempo exerce sobre todas as coisas naturais e artificiais, ele tenta combater a angústia da morte e do aniquilamento. (CHOAY, 2006, p.18).

A questão do patrimônio se situa numa encruzilhada que envolve tanto o papel da memória e da tradição na construção de identidades coletivas, quanto os recursos a que têm recorrido os Estados Modernos na objetivação e legitimação da idéia de nação. Permeando essas dimensões, está a consideração do uso simbólico que os diferentes grupos sociais fazem de seus bens- e aqui me refiro tanto à produção quanto à conservação ou destruição- na elaboração das categorias de espaço e tempo. (2009, p. 51)

⁷ Um caso famoso que envolve corpos negros na história da ciência e dos museus é o da Vênus Negra, exposta em Londres como “objeto curioso” e, depois de falecida, sua morfologia foi documentada e conservada pelo Museu de História Natural e o Museu do Homem ambos em Paris. Para entender mais sobre as questões de raça e museus abordadas pela ciência do século XIX, ver (CITELI, 2001).

Diante das argumentações sobre o monumento, pode-se transpor para os museus a mesma análise: entender também os museus enquanto fenômenos que possibilitam ao homem de assegurar e acalmar as coisas diante do tempo. Assim, acredita-se que a musealidade parta da proposta de guardar aquilo que o tempo possa levar ao esquecimento, guardar o patrimônio das *inquietações geradas pelas incertezas do começo*.

As questões patrimoniais da América Latina assim como na Europa, perpassam por inúmeras histórias da “movimentação” do monumento histórico. Choay em seu primeiro capítulo do livro *A Alegoria do Patrimônio* tenta explicar como é que, em 1420, surge a ideia de monumento. Diz que o nascimento do ato de colecionismo na cultura ocidental nasce com a espoliação dos Atálidas sobre as esculturas e objetos de arte produzidos pela Grécia clássica. Para sustentar a hipótese de que na história dos museus existe uma musealidade que faz objetos entrarem em migrações, a Grécia emerge como exemplo.

Roma espoliou a Grécia em escala equivalente à das pilhagens napoleônicas: pense nas quinhentas estátuas de bronze tiradas do santuário de Delfos e cujos restos se encontram atualmente no palácio de Diocleciano, em Split, e no de Adriano, em Tívoli. Roma assistiu à construção- executadas a mando deste último imperador dentro dos limites da mesma mansão Adriana- do primeiro museu de arquitetura em escala natural (CHOAY, p.33).

Os dois palácios em que se encontram hoje os objetos espoliados têm sua localização na Croácia e outro em Roma, na vila Adriana, um deles é o museu de arquitetura natural. Ou seja, a história da espoliação faz parte da história dos monumentos desde a criação de Roma e a destruição da Grécia e hoje faz parte, quase que de maneira inseparável, da história dos museus.

Nesta primeira parte do capítulo 2, propõe-se explicar a onda do trânsito colecionista de objetos no século XIX e XX, na chamada “era dos museus”. Defende-se aqui que os museus são lugares acolhedores de trânsitos. São várias as formas de trânsitos encontradas dentro do museu e demonstra o “perfil sintético das sociedades que produziram as expressões materiais, que hoje estão reunidas no acervo da instituição” (BRUNO, 1996, p.61).

Os anos de 1870 a 1907 são conhecidos na história da Amazônia como sendo o período ainda do *boom*⁸ da economia borracha e também é o momento de criação e estabilização o Museu Paraense com a direção de Domingos Soares Ferreira Penna em 1866 e Emílio Goeldi em 1894. Nesse sentido, pensou-se a economia da borracha como sendo geradora do primeiro fazer museal na Amazônia e também da disseminação do fazer científico. O MPEG nesse período compartilhará do mesmo imaginário que cerca a Belle Époque, imaginário moderno e do progresso.

Sabe-se que o período da Belle Époque na Amazônia é visto pela ótica de uma memória construída pelo fator da modernização e ideário de progresso por qual passaram algumas cidades da região, como Belém e Manaus. Chama-se atenção para a escrita, os grandes feitos e ao grande processo de urbanização devido ao período da Belle Époque evidenciar riqueza e prosperidade econômica, social, funcional, política e cultural. (MELO; PACHECO, 2013, p.03)

Margaret Lopes no trabalho *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX* tenta mostrar a trajetória de museus científicos, mas abordará também quais relações de poder e quais economias caminhavam junto com os museus do século XIX. Sobre a economia da borracha e o museu, a autora nos mostra que Goeldi recebia “apoio do Estado, que nesse período de auge da economia extrativista de exportação da borracha não lhe negaria verbas para a contratação de pessoal científico, novas instalações, incremento das coleções e edição de publicações científicas” (LOPES, 2009, p. 250).

Na história dos museus ocidentais, os séculos XIX-XX se mostram momentos importantes quando se trata da criação de museus, pois é o momento em que são criados vários museus no mundo. De acordo com a autora, o início dos movimentos dos Museus no Brasil se dá em 1860, diz ela que “desde meados da década de 1860, como sintomas explícitos do interesse crescente pelas Ciências Naturais e da consolidação desse campo de conhecimento, o Museu Nacional deixaria de ser o único dedicado à História Natural no país” (LOPES, 2009, p. 151). Assim, outros museus tomam frente enquanto instituições científicas. Sanjad (2010),

⁸ Na historiografia oficial, o *boom* da borracha é compreendido pelo tempo de maior produção e exportação da borracha, de acordo com Barbara Weinstein (1993) não há termo algum que exprima a agitação e confusão da atividade econômica da borracha na Amazônia. (p. 89)

que se propõe a estudar a constituição internacional do Museu Paraense, tendo como pano de fundo o período de 1866 a 1907, diz que

No Brasil, o debate sobre os museus de história natural do século XIX é bastante restrito a despeito de terem existido vários exemplos no país, como o Museu Nacional (1818), o Museu Paraense (1886), o Museu Paranaense (1876), o Museu Botânico do Amazonas (1882) e o Museu Paulista (1893). (SANJAD, 2010, p. 21).

Nesse tempo, vê-se um grande movimento de “expedição” do mundo pela ciência (pelos museus enquanto fomentadores de ciência) para encontrar o regime de verdade dos homens por via dos objetos “exóticos”. Berta G. Ribeiro, antropóloga que discute a antropologia em relação aos colecionismos do século XIX, pode mostrar como o colecionamento científico está refletido na história dos museus e na memória, principalmente no surgimento dos museus etnográficos. Diz ela que os museus de ciência no Brasil andam de mãos dadas com “objetos manufaturados pelas populações aborígenes” (1989, p. 114).

A autora ainda afirma que “as primeiras coleções do Museu Imperial e Nacional também se originaram das expedições de naturalistas- Natterer, Langsdorff, Sellow [...]” (p. 114). O Museu Nacional é a primeira figura museal brasileira que pretende colecionar objetos desde 1818. No sentido de entender esse movimento colecionista no Brasil, a autora constata que esse momento histórico é referente a “era dos museus”. Citando Lévi-Strauss, Berta Ribeiro explica essa era

A “era dos museus”, que floresceu no último quartel do século XIX nos Estados Unidos, na Europa e no Brasil, pode ser explicada por vários fatores. Na América do Norte, como vimos, devido à má consciência de uma elite euro-americana que, para redimir-se, promove estudos etnológicos acelerados pela premissa da vigência e incrementados pela noção de História, implícita nos objetos tradicionais que recolhe aos museus. Enfatiza, por um lado, a distância cultural entre a sociedade americana e os grupos indígenas produtores desses objetos e, pelo, outro, a vizinhança geográfica que os aproxima (Levi-Satrauss [1976:64]. Esse raciocínio se aplica ao caso brasileiro. (1989, p.117)

Até hoje ainda se perpetua essa ideia dentro da Museologia, Cândido (2013), ao propor uma trajetória do museu e da museologia a partir de uma abordagem da Gestão Museológica, pensa o século XIX enquanto “Era dos museus” em relação às criações de grandes museus nacionais europeus e a chegada de alguns museus brasileiros. Diz que as características desses museus eram: “enciclopedistas, classificatória, evolucionista e com acervo composto de saques dos

bens coloniais” (2013 p.34-35). Assim, essa era dos museus se coloca enquanto um momento onde se apura a tentativa movente de dispersar objetos, visões de mundo, conhecimentos, e vivências incorporadas dentro de espaços museais do passado e de hoje. As questões dos trânsitos desses objetos geram “[...] campos de conflitos forjados nas disputas entre memória e poder” (CÂNDIDO, 2013, p. 36). Ou seja, quando o trânsito entre objetos se faz presente, com ele estão imbuídas questões de poder, econômicas, históricas e culturais: prevê territórios, territorializações e desterritorializações, patrimônios, comunidades e a criatividade humana.

Além de Cândido, Myrian Sepúlveda Santos (2000) ajuda a pensar que a condição colecionista está ligada à formação da identidade nacional. “As diversas coleções, fossem elas de caráter antropológico, histórico ou artístico, foram ordenadas linear e evolutivamente de um passado mítico até o tempo presente de cada país” (p. 279). Para isso, sugere-se aqui que a organização das coleções:

Durante o século dezanove, todas as grandes nações européias dedicaram-se a trazer para seus museus objetos da antiguidade clássica. Expedições arqueológicas francesas, inglesas, holandesas e alemãs invadiram a Grécia, Itália, Ásia Menor, Norte da África e regiões onde se localizavam as antigas cidades mesopotâmicas em busca das antiguidades clássicas. O Brasil do século dezanove era regido por uma monarquia européia e participou desta corrida (p. 278).

Sobre as iniciativas de criação de museus no mundo, tem-se também uma iniciativa colecionadora que fez do museu um lugar colecionador de objetos. O termo coleção nasce, como sugere Gonçalves (2007), a partir de uma ideia ocidental moderna:

coleção aparece como uma categoria histórica e culturalmente relativa, própria do ocidente moderno e sujeita a transformações intelectuais e institucionais. Mas ela pode assumir uma dimensão mais ampla e ser pensada não apenas como uma categoria nativa do ocidente moderno, mas como uma categoria universal, como uma prática cultural presente em toda e qualquer sociedade humana (p. 25).

Os museus que se constituem nos séculos XVIII, XIX, XX são museus que surgem de uma tradição colecionadora dos grandes gabinetes de curiosidades, antiquários e galerias de arte. Como situa Cristina Bruno (1991), “tendo sua origem no colecionismo dos antiquários, dos gabinetes de curiosidades e galerias de arte, esse modelo de instituição que chegou até nós, representa uma das possibilidades

de tratamento e transmissão da herança patrimonial” (p.10). Assim, o sentido colecionista dos museus faz com que objetos entrem em trânsito material e simbólico.

O trânsito de objetos pode ser pensado dentro do que Mignolo (2003) aborda quanto aos temas da “globalização” e “civilização” enquanto dois processos que “foram introduzidos no âmbito dos projetos globais e histórias locais nas quais se acenam os projetos globais ou onde têm de ser adaptados, adotados, transformados e rearticulados.” (p. 376). Os museus foram inseridos no Brasil e na América Latina a partir desses dois processos e as expedições colecionistas não deixam de lado as transformações e rearticulações de projetos globais (de museus) com adaptações de histórias locais. Ou seja, a partir dos museus, pode-se entender como a globalização e os processos civilizatórios do Velho Mundo sobre o Novo Mundo geraram adaptações, adoções, transformações, rearticulações, e *diferenças coloniais*.

Assim, a condição diaspórica dos objetos associa-se aos sentidos dados pela colonialidade do poder, que revela pré-conceitos acerca da percepção do outro e de sua cultura.

No início do período colonial moderno (século 16), deu-se uma transformação entre fronteiras humanas e geográficas. No final do século 19 os selvagens e canibais no espaço converteram-se em exóticos orientais e primitivos no tempo (...) a questão não era mais se primitivos e orientais eram humanos, mas sim até que ponto estavam afastados do atual estágio civilizado da humanidade. (MIGNOLO, 2003, p. 383)

É a partir dessa transformação entre fronteiras humanas e geográficas que se exportam e importam ideias, objetos, pessoas. As ideias de museus do século XIX e XX exportadas para o Brasil possuem sua própria civilidade, a civilidade eurocêntrica da ciência, da nação e da ordem, mas que sofreram processos de imbricações e contaminações culturais.

Os museus mesmo no século XIX podem estar dentro do que Mignolo (2003) sugere sobre o pensamento liminar e a pós-colonialidade através da diferença colonial, ou seja, de quando “missões civilizadoras” exploram o mundo e fazem dele lugares de encontros, de classificações do eu e do outro, lugar da *diferença colonial*. Argumenta que “não é tanto a condição histórica pós-colonial que deve reter nossa atenção, mas os *loci* pós-coloniais de enunciação como formação

discursiva emergente e como forma de articulação da racionalidade subalterna” (2003, p. 139).

Assim, parte-se da ideia de museu enquanto “*loci* pós-coloniais de enunciação”, uma ferramenta de leitura das diferenças coloniais no mundo por intermédio da relação homem/objeto. O trânsito dos objetos surge plenamente dentro da *diferença colonial* e também se apoia dentro do pensamento de “entrelugar” de Homi Bhabha (2011) quando problematiza a própria ideia nativa de cultura. Para ele existe uma questão fundamental para se pensar a palavra cultura, essa questão envolve todos os sentidos de *pensar* e *imaginar* o local da cultura a partir de uma significância mundial chamada imigração colonial.

Tendo como referência T. S. Eliot, poeta, dramaturgo e crítico literário inglês estadunidense, Bhabha fala da imigração colonial enquanto promotora de “tipos peculiares de simpatias e choques culturais” (ELIOT, 1949, p. 63-64 *apud* BHABHA, p. 81). É partir dos choques culturais que a vida desses objetos vai surgindo nos museus, nessa relação percebem-se encontros e “entrelugares”. Bhabha (1998) em *O Local da Cultura* modifica a nossa leitura sobre o passado “reconfigurando-o como um “entre-lugar” contingente, que inova e interrompe a atuação do presente. O “passado-presente” torna-se parte da necessidade, e não da nostalgia, de viver” (p. 26). Além disso, propõe pensar o “entre-lugar” enquanto

[...] o desejo de reconhecimento “de outro lugar e de outra coisa”, que leva a experiência da história *além* da hipótese instrumental. Mais uma vez, é o espaço da intervenção que emerge nos interstícios culturais que introduz a invenção criativa dentro da existência. E, uma última vez, há um retorno à encenação da identidade como iteração, a re-criação do eu no mundo da viagem, o re-estabelecimento da comunidade fronteiriça da migração (p. 29).

Assim, a perspectiva de museu, e da própria museologia, procura brotar de uma perspectiva intercultural e do contato entre povos, de “entre-lugares” criados a partir de contatos. De acordo com García Canclini (2009), o intercultural “remete à confrontação e ao entrelaçamento, àquilo que sucede quando os grupos entram em relações e trocas” (2009, p. 17). A partir disso, acredita-se que a museologia no Brasil está inserida em processos interpretativos de objetos, saberes e do contato entre olhares de várias partes do mundo. A musealidade permite que objetos se tornem viajantes, então, pertencentes ao intercultural, do câmbio de culturas e símbolos entre comunidades.

A “era dos museus”, o colecionismo e o trânsito também têm a ver com que Edward Said (2007) diz sobre o orientalismo:

É antes a distribuição de consciência geopolítica em textos estéticos, erudito, econômicos, sociológicos, históricos e filológicos, é a elaboração não só de uma distinção geográfica básica (o mundo é composto de duas metades desiguais, o Oriente e o Ocidente), mas também de toda uma série de interesse que, por meios como a descoberta erudita, a reconstrução filológica, a análise psicológica, a descrição paisagística e sociológica, o Orientalismo não só cria, mas igualmente mantém; é, mais do que expressa, uma certa vontade ou intenção de compreender, em alguns casos controlar, manipular e até incorporar o que é um mundo manifestamente diferente; [...].(p. 40-41)

Ao tratar do Orientalismo enquanto modo de ler e conceber o oriente pelos olhos ocidentais sugere-se que a o trânsito dos objetos é um processo do orientalismo no momento em que existe a vontade de compreender outros mundos, de classificá-los, inscrevê-los e interpretá-los. O trânsito desses objetos para museus tem a ver com interpretação. Assim como no orientalismo, a motivação colecionista do século XIX é uma das maneiras de dominação intelectual, onde objetos e coleções podem ser interpretados como fortes “elementos de ostentação, de poder, de traição, de roubo, entre outros aspectos que sempre evidenciam a necessidade dos homens e das sociedades de demonstrarem a sua onipotência” (BRUNO, 1996, p. 59).

O trânsito de coleções na Amazônia é, principalmente, potencializado pelos museus e seus modos de colecionar, ter posse das coisas e de torná-las símbolos. Nesse trabalho, foram identificados os principais parâmetros da condição humana em relação ao museu, expedições científicas e suas coleções: o tempo, território e alguns sujeitos inseridos.

Os museus são fenômenos culturais e a cultura se apresenta aqui enquanto “o próprio material de nossas vidas diárias, as pedras fundadoras de nossas compreensões mais corriqueiras” (PAUL WILLIS, 1977, p. 185 *apud* NELSON, 2005, p. 14), e também, enquanto um “processo social fundamental que modela “modos de vida” específicos e distintos” (WILLIAMS, 1979, p. 23). Então, vê-se aqui uma perspectiva de pensar o museu enquanto um núcleo cultural da memória, o museu enquanto um fundador das compreensões de mundo, enquanto um modo de vida que exhibe a relação entre pessoas e objetos e suas significações.

CAPÍTULO III: MUSEALIDADE, MUSEALIZAÇÃO E TRÂNSITO DE OBJETOS

O entendimento do trânsito dos objetos museais na/da Amazônia se fez respeitando as mentalidades da época. Propõe-se pensar a narrativa desse trânsito dos objetos enquanto um processo presente dentro dos museus, locais de compilação do mundo “[...] onde abrigam os vestígios da trajetória humana” (CANDIDO, 2013, p. 28). Museus enquanto abrigos de migrações materiais e imateriais que contam histórias da trajetória humana. Os museus são locais onde o trânsito material, simbólico e cultural acontece.

A hipótese deste trabalho está pautada no sentido de que terminologias práticas da museologia como “musealidade” e “musealização” podem fazer pontes com as primeiras ressonâncias dos movimentos da cultura material para o Museu Paraense Emílio Goeldi no período de 1870 a 1903. Nesse sentido, pretende-se problematizar esses termos e mostrar suas relações e sentidos. No próximo capítulo, mostra-se a validação prática deste capítulo.

A questão da musealidade neste trabalho se coloca enquanto um processo representacional, discursivo e narrativo. A musealidade é aqui um tratamento simbólico-relacional entre o museu, o patrimônio e a comunidade. Para pensar a musealidade e como entender este termo na pesquisa, Dominique Poulot ajuda a esclarecer sobre a configuração da musealidade quando nos mostra que “o museu materializa o espaço de espoliação, intercâmbio, citação e reescrita em que os objetos se inscrevem de um contexto para o outro e trocam se necessário de denominação, dependendo de quem os possui, expõe ou empresta” (POULOT, 2013, p.131).

Nesse sentido, a musealidade é a configuração dada a uma determinada musealização no tempo e no espaço. É o tratamento museológico do diante do patrimônio, independente da existência de um museu físico e está mais perto das transformações simbólicas pelo qual passa o objeto. Sobre a musealidade, diz Poulot que

a análise dos objetos de museus, dos *musealia*, é também a das condições sob as quais uma cultura material específica é elaborada, formatada, comunicada e interpretada. Com efeito, a materialidade do museu manifesta-se tanto nos objetos que ele possui quanto nos

dispositivos de seu tratamento- catálogos, fichários, arquivos, diversas publicações (2013, p.133).

Ainda sobre o conceito de musealidade, Mário chagas diz que é “a qualidade distintiva de uma coisa musealizada”, mas que, além disso, tem a ver com a imaginação museal: “a capacidade humana de trabalhar com a linguagem dos objetos, das imagens, das formas e das coisas.” (CHAGAS, 2009 p. 57). Argumenta que a missão da musealidade não está apenas em entender a qualidade distintiva desses objetos de museus, mas compreender “o espaço de manifestações desses objetos, bem como a relação dos mesmos com o homem/sujeito- criador, conservador e destruidor de bens culturais. O objeto museológico seja ele qual for só tem sentido em relação” (CHAGAS, 1991, p.80-81). Assim, existem musealidades, elas dependem de como o museu se manifesta e é interpretado. Nessas manifestações existem formas próprias de se lidar com objetos, espaços e tempos que estão inseridos.

A musealidade é um conceito que estará paralelamente ligado (não sendo a mesma coisa, mas interligadas) ao conceito de musealização enquanto:

operação de extração, física e conceitual, de uma coisa de seu meio natural ou cultural de origem, conferindo a ela um estatuto museal – isto é, transformando-a em *musealium* ou *musealia*, em um “objeto de museu” que se integre no campo museal (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 57).

Em conversas com os termos próprios da museologia, verificou-se que a movimentação diaspórica dos objetos converge teoricamente sobre a musealidade e musealização enquanto conceitos que demonstram a impermanência da vida material. Quando se lê “operação de extração”, o movimento, a musealização e a musealidade fazem parte de procedimentos que envolvem diásporas materiais e imateriais das coisas. Infere-se, então, que musealidade, musealização e trânsito de objetos culturais têm perspectivas conceituais que se inter cruzam e dialogam.



Figura 2: Musealidade diaspórica

As coisas e seus significados viajam em territórios reproduzindo mensagens, formando novas imagens, ou seja, sendo ressignificadas no espaço e tempo. A musealização é um dos eventos promovedores da viagem do objeto. A viagem dos objetos é também um requisito da musealização, pois a musealização nada mais é que uma viagem material, conceitual, simbólica e cultural. A principal tarefa seria pensar os objetos em vários tipos de trânsito. Quando acontece a viagem material, conceitual, simbólica e cultural da vida museológica? Quando ocorrem os processos de musealização. A retirada do objeto do seu local de “origem” é o primeiro passo da musealização, quando colocados no museu, os objetos sofrem vários tipos de tratamentos: documentação, conservação, ações culturais, serão exibidos (comunicação). De acordo com Marília Xavier Cury (1999),

A musealização é a seleção (de objetos) por valorização ou a valorização desses objetos. Esta valorização poderá ocorrer com a transferência do objeto de seu contexto para o contexto dos museus ou, ainda, a sua valorização “in situ”, como ocorre nos ecomuseus. [...] Entende-se o processo de musealização como a série de ações e procedimentos relacionados ao tratamento do objeto museológico (aquisição, pesquisa, conservação, documentação e comunicação) (1999, p.54 e 57).

A diáspora e as questões migratórias certamente são pensadas para povos e pessoas, geralmente motiva o entendimento da nacionalidade de cada migrante. Por isso, a diáspora de objetos será pensada a partir das abordagens teórico-metodológicas de autores que falam sobre a diáspora humana que, também, hora ou outra faz adensar a diáspora de objetos.

Na perspectiva de Stuart Hall a diáspora liga-se ao movimento identitário. Uma de suas contribuições, nesse trabalho, diz respeito a ideia de “estética diaspórica”:

Numa gama inteira de formas culturais, há uma poderosa dinâmica sincrética que se apropria criticamente de elementos dos códigos mestres das culturas dominantes e os “criouliza”, desarticulando certos signos e rearticulando de outra forma seu significado simbólico (2003, p. 34).

Essa estética mostra a maneira como, em trânsito, homens e povos rearticulam suas formas de olhar o mundo. Nesse sentido, objetos são rearticulados em movimento. Essa estética alimenta a imagem de nós e dos outros enquanto um “ruptura do imaginário de ser fixo” (TILLIS, 2009, p. 159). Pessoas e objetos não são fixos geográfica e simbolicamente.

A questão diaspórica de objetos emergem também no livro de Arjun Appadurai *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*, quando mostra, numa perspectiva crítica do marxismo, as dinâmicas de trocas que surgem diante da comercialização de mercadorias.

Façamos uma abordagem das mercadorias como coisas em uma determinada situação (...) que pode caracterizar diversos tipos de coisas, em pontos diferentes de suas vidas sociais. Isso significa olhar para o potencial mercantil de todas as coisas, em vez de buscar em vão a mágica distinção entre mercadoria e outros tipos de coisas. Também significa romper de modo categórico com a visão marxista de mercadoria, dominada pela perspectiva da produção. E concentrar-se em *toda* a trajetória, desde a produção, passando pela troca/distribuição, até o consumo. (APPADURAI, 2008, p. 22)

O autor ajuda a pensar os objetos de museus na direção da comercialização. Assim os objetos recolhidos, na segunda metade do século XIX e primeira década do XX, por diferentes cientistas, naturalistas e/ou etnólogos e doados para o Museu Paraense Emílio Goeldi podem ser lidos a partir do consumo científico da época na Amazônia. A principal contribuição do trabalho de Appadurai remete ao trabalho de Igor Kopytoff (2008) quando pensa a biografia cultural das coisas.

Examinar as biografias das coisas pode dar grande realce a facetas que de outra forma seriam ignoradas. Por exemplo, em situações de contato cultural, elas podem mostrar aquilo que os antropólogos tantas vezes enfatizaram: o que é significativo sobre a adoção de

objetos estrangeiros- e ideias estrangeiras- não é a sua adoção, mas sim a maneira pela qual eles são culturalmente redefinidos e colocados em uso. (KOPYTOFF, 2008, p. 93)

Nesses termos, os objetos quando saem de um estado “inicial” e se tornam de museus, passam a ser estudados e são ressignificados aos olhos da ciência. A biografia dos objetos de museus é feita no momento em que a musealização se faz presente, no momento da aquisição, pesquisa, conservação, documentação e comunicação. Os museus criam biografias de objetos e isso só é possível no momento de seu movimento (material e imaterial) para dentro dos museus. No museu os objetos ganham novas biografias e criam conexões e rizomas. O rizoma, “ele não é feito de unidades, mas de dimensões, ou antes, de direções movediças” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 43). De acordo com Gonçalves (2007),

o deslocamento dos objetos materiais para os espaços de coleções privadas ou públicas ou para museus (por exemplo, na condição de “objetos etnográficos” ou “arte primitiva”) pressupõe evidentemente a sua circulação anterior e posterior em outras esferas. Antes de chegarem à condição de objetos de coleção ou de objetos de museu, foram objetos de uso cotidiano, foram mercadorias, dádivas ou objetos sagrados. Afinal, conforme já foi sugerido, cada objeto material tem a sua “biografia cultural” (Kopytoff 1986) e sua inserção em coleções, museus e “patrimônios culturais” é apenas um momento na vida social. (p. 23-24)

Para Bruno Latour (1999) as redes criadas em lugares como bibliotecas, museus, arquivos, laboratórios e exposições através de objetos e livros vão além de mera classificação técnica, criam também biografias. Se inscrevem dentro do que chama de “centro de cálculo”. O centro de cálculo mostra redes e conexões feitas a partir de inscrições num espaço. Aplica-se aos museus pensar as várias redes que objetos e coleções tomam na vida humana.

Un gabinete de curiosidades, unas láminas ornitológicas, um relato de viaje, deben tomarse como la punta de un vasto triángulo que permite, por variaciones mínimas, pasar de textos a situaciones y volver a libros por la mediación de las expediciones, la puesta en imagen y las inscripciones (p. 07).

Para o autor, todas as informações são relações estabelecidas entre lugares em que são inscritas suas condições materiais. Sobre a informação, diz que é “una relación muy práctica y muy material entre dos lugares, de los que el primero negocia lo que debe tomar del segundo con el fin de tenerle a la vista y de actuar a distancia sobre él.” (p. 06). O centro de cálculo tem a ver com a produção de

informação. “Es porque las bibliotecas, lo laboratórios y las colecciones se conectan con um mundo que sin ellos permanece incompreensible por lo que merece la pena apoyarlos, si uno se interesa por la razón” (LATOURE, 1999, p. 37). A inscrição também tem a ver com a abordagem biográfica das coisas, de registrar nomes e significados. Sugere Latour que “Tanto Dios como la Naturaleza circulan a través de redes de transformación” (p. 22).

O estudo das migrações e transformações dos significados dos objetos, de acordo com Gonçalves (2007) podem nos trazer respostas sobre a vida social e cultural. Essa é uma das relevâncias ao se estudar os objetos diante de seus deslocamentos. Aqui se mostra a relevância de se estudar a mudança dos objetos e sua condição de *musealia*. Diz o autor que

Na medida em que os objetos materiais circulam permanentemente na vida social, importa acompanhar descritiva e analiticamente seus deslocamentos e suas transformações (ou reclassificações) através dos diversos contextos sociais e simbólicos: sejam as trocas mercantis, sejam as trocas cerimoniais, sejam aqueles espaços institucionais e discursivos tais como as coleções, os museus e os chamados patrimônios culturais. Acompanhar o deslocamento dos objetos ao longo das fronteiras que delimitam esses contextos é em grande parte entender a própria dinâmica da vida social e cultural, seus conflitos, ambigüidades e paradoxos, assim como seus efeitos na subjetividade individual e coletiva (p. 15).

Nesse capítulo se procurou entender a musealização e suas musealidades enquanto transformadoras de coisas “fixas” em coisas migrantes. A musealização é um processo que pode dar vida ao trânsito físico e simbólico de objetos históricos, cotidianos, artísticos, aos objetos da vida. Assim, a importância de se entender essa linha de pensamento se dá quando pensamos a musealização para além de procedimentos técnicos, mecanicistas e superficiais. Pensa-se a musealização e suas musealidades enquanto dispositivo de grandes trânsitos simbólicos e culturais.

CAPÍTULO IV: MUSEALIDADE NO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI DE 1870 A 1912

O Museu Paraense, como era chamado o Museu Paraense Emílio Goeldi no período de 1871 a 1900, é uma instituição científica e museológica surgida em 1866 em Belém, no Pará, que procura ordenar a história cultural e natural da região. A história do MPEG começa a ser escrita a partir das contribuições de três personagens da história das ciências na Amazônia: Jean Louis Rodolphe Agassiz, Domingos Soares Ferreira Penna e Antônio Lacerda de Chermont (o Barão do Arary, nome este que já reflete regiões marajoaras devido ao rio Arary que se entranha em municípios marajoaras). Esses três personagens foram os responsáveis primeiros pela tentativa de se criar a “Sociedade Filomática⁹” que mais tarde se tornaria o Museu Paraense. Sobre isso, diz Sanjad (2010) que

Ferreira Penna foi a pessoa a relançar a ideia da criação de um museu de história natural, seguindo as sugestões que Agassiz fizera em uma das conferências que deu em Belém, quando então demonstrou “a conveniência da criação de um Museu nesta cidade, lamentando não se encontrar aqui reunidos e um tal estabelecimento tantos objetos úteis e interessantes” (Vellozo, 1867, p. 33). [...] A proteção de Chermont foi fundamental para a fundação do Museu Paraense. Ele e Ferreira Penna levaram a Sociedade Filomática para dentro do Palácio do Governo e tornaram o assunto de utilidade pública. (SANJAD, p. 53)

A partir daí, outros nomes compunham a lista de membros da sociedade, “também filiados eram o engenheiro Antonio Nicolau Monteiro Baena (1833-1989), o médico José Ferreira Cantão (professor de História no Liceu Paraense)” (SANJAD, p. 54). Esses são alguns dos personagens que fortalecem a ideia de museu na Amazônia. Mais ainda, a relação museu e Amazônia, em plena criação da sociedade filomática, estaria ligada, inicialmente, aos personagens Pedro Leão Vellozo, Charles Frederick Hartt e Domingos Soares Ferreira Penna.

Pedro Leão Vellozo, presidente da província na época, monta um relatório e o envia ao Barão do Arary. Este relatório explica as condições da criação do museu paraense em 1867, o presidente da província manda prestar à associação cerca de 2.000\$000. É com essa verba inicial que se implanta na Amazônia o Museu Paraense.

⁹A sociedade Filomática é uma sociedade criada pelos amigos da ciência, os filomáticos da época.

Um Museu Público é o primeiro monumento de um **povo civilizado**; a capital do Pará merece um estabelecimento dessa ordem, não só para servir de centro à instituição superior, mas também para reunir em seu seio amostras e exemplares de tantos e tão variados **objectos preciosos, actualmente disseminados por todo o valle do Amazonas, que pertencentes á historia natural, quer ás raças extintas ou ainda subsistentes dos povos indígenas.** (VELLOSO, 1867, p. 32-33, **grifou-se**)

Nesse relato, duas questões podem ser levantadas: a primeira é que este relato mostra a inteira relação entre o museu e a ideia de povo “civilizado”. O museu nesse período é visto enquanto um projeto civilizador, ordenador e intelectual, além de instituição promotora de ordem e desenvolvimento diante a barbaridade do caos de mundos não civilizados. A segunda é entender quais as motivações colecionistas desse período e quais objetos eram deslocados, como diz o relato, objetos preciosos movimentam a ordem do colecionamento da história natural e de grupos indígenas inscritos no passado e presente através da cultura material.

Charles Frederick Hartt, de acordo com Sanjad (2004), fez algumas viagens ao Brasil e contribuiu de maneira significativa para a institucionalização da ciência no país. As viagens foram como membro “da Expedição Thayer (1865-1866), de maneira independente (1867), nas Expedições Morgan (1870 e 1871) e na Comissão Geológica do Império (1875-1878)” (p. 449). De acordo com os arquivos digitais do Museu Nacional do Rio de Janeiro, Hartt fez sua primeira expedição na Amazônia em 1870 na ilha do Pacoval, situado no lago Arary no arquipélago de Marajó. Projetou suas formas de olhar e interferir sobre a cultura marajoara no século XVIII a partir de patrimônios arqueológicos da comunidade marajoara. Hartt (1876) discursa sobre a sua expedição e as *tangas* marajoaras alocadas no Museu Nacional:

Na minha primeira expedição ao Amazonas em 1870 o meu amigo, o sr. D. S. Ferreira Penna, chamou a minha atenção para a pequena ilha do Pacoval, situada no lago Arary, da ilha de Marajó, onde constava existir grande quantidade de louça fabricada pelos antigos índios. Mandeí um dos meus ajudantes, o sr. Dr. Bernard, explorar a localidade, e elle me trouxe uma pequena, porém interessante coleção dessa louça, que descrevi no *American Naturaslis*, em 1871. (p. 21).

Uma das mais bellas destas amostras existe no Museu Nacional, e foi mencionada no livro publicado pelo Dr. Ladislau Netto sobre este museu. (p. 22).

Além dessas notas tomadas por Hartt, Ferreira Penna também relata a sua relação com o trânsito cultural de *sambaquis* nas áreas das salinas, costa oriental do Pará, de Bragança, cidade de Cametá, Largo Grande de Campinas perto de Óbidos, Curuçá e nas vizinhanças de Tocantins. Sobre os objetos encontrados no sambaqui da Mina do Capitão Clarinho em Bragança, relata Ferreira Penna:

De todos os Sambaquis que visitei é este o que está menos destruído, tendo ainda muitas camadas intactas.

Achei aqui algumas falanges, uma maxila inferior com 9 dentes, fragmentos de craneo, etc., e pequenos pedaços de louça.

E' procedente deste lugar uma tosca mó de quartz descoberta por um mrador do Juapirica que m'a offerceu.

Em 1875 os trabalhadores do Sambaqui acharam um esqueleto humano dentro d'um grosseiro vaso de barro que estava soterrado no meui das conchas. **O Capitão Clarindo mandou guardal-o; passado muitos dias o Vigario de Bragança, tendo conhecimento do facto, foi ao lugar, arrecadou os ossos e regressando, mandou enterral-os no cemiterio publico.**

Poucos mezes antes da minha viagem, descobrio-se tambem n'este Sambaqui outros ossos humanos entre os quaes fêmur, humerus e craneo de dimensões extraordinárias, segundo afirmou-me o Capitão Clarindo e foi-me confirmado pelo Dr. em sciencias naturaes R. A. Monteiro que os vio em Bragança na casa de um Inglez que alli reside.

Entre os fragmentos de creaneo que com outros objetos **ora remeto ao Museu**, vae o de um perietal que encontrei no mesmo Sambaqui e cuja parede é tambem d'uma espessura fóra do commum. (PENNA, 1876, pp. 90-91, **grifou-se**)

Diante do relato, pode-se pensar que o trânsito de objetos arqueológicos acontecia na Amazônia tanto pela agência dos grandes filomáticos, quanto pelos moradores da localidade. Pensando a partir de um “deslocamento cultural material”, tanto o Vigario de Bragança quanto Ferreira Penna deslocaram os objetos de seus locais de “origem” para servirem a outros locais. Tanto o Sambaqui, o cemitério e o museu se fazem presentes enquanto “lugares antropológicos”. Renato Ortiz em *O próximo e o Distante* discursa sobre o Japão enquanto um “lugar antropológico”. Traz-se para este trabalho a mesma noção de Ortiz quando cita Marc Augé para falar sobre este lugar:

Marc Augé considera o “lugar antropológico” um territóriogeográfico investido de sentido. Território que poderia circunscrever uma tribo indígena, uma cidade ou uma nação. Nele se enraizariam os homens e as mulheres, sua espacialidade constituindo os limites míticos e identitários dos diversos grupos sociais que o compõem. Inaugura-se assim a existência de um “nós” fonte permanente de referência e de identidade, ao qual se contrapõe um “eles”, fora de suas fronteiras,

distante, distinto. A memória coletiva de cada “lugar” é sempre singular, os mitos, narrativas, monumentos, relembram sua história específica, dizem respeito à sua modalidade sócio espacial. (ORTIZ, 2000, p. 137).

Enquanto o Vigário mandava os ossos-vestígios para o cemitério, Ferreira Penna também deslocava alguns objetos para servir o colecionismo do Museu. Assim, museus são genuinamente lugares que vivem de trânsitos e apropriações que inscrevem patrimônios e sociabilidades diversas. O trânsito do patrimônio nem sempre tem a ver com a conservação museológica, mas pode atingir outros tipos de valores, como o valor simbólico de se guardar em cemitérios, de uma conservação espiritualizada e religiosa. Assim, o “lugar antropológico” no relato de Ferreira Penna pode ser entendido na dinâmica entre os patrimônios que se inserem na relação do “nós” e “eles”, como sugere a citação.

No Marajó, Ferreira Penna também realiza várias expedições, em uma carta enviada a Ladislau Neto em 1877, mostra como foi seu primeiro encontro com as antiguidades indígenas no Pará e o contato com os *ceramios* marajoaras. Sobre o objeto migrado, a inferência é justamente sobre estes objetos analisados por Ferreira Penna: dos *ceramios* da margem esquerda do Amazonas, *miracan-wera*, da ordem dos *Maracás*, da região do *Purús*, de *Santa-Izabel* e *Pacoval*. Esses são os *ceramios* migrados para museus de 1877 na Amazônia. Ferreira Penna diz que “O ceramio do Pacoval e o que se póde chamar uma pequena collina baixa e artificial, formada por series de urnas e de outros vasos [...]” (p. 51). Afirma também sobre os que já se propuseram a estudar estes cerâmicos e sua primeira visita ao Pacoval:

A minha primeira visita ao Ceramio do Pacoval foi precedida pelo Dr. Steere. Este naturalista me havia comunicado que distinguira do Pacoval tres secções ou camada de vasos, sobrepostas umas às outras e apresentando cada uma artefactos sensivelmente diferentes quanto aos desenhos e outros ornatos contendo a secção inferior os mais perfeitos exemplares e a superior os menos importantes. (PENNA, 1877, p. 52).

Sobre esses objetos, de acordo com a *Relação dos objectos existentes no Museu Paraense*, na seção de antropologia estão presentes 16 objetos, dentre estes estavam uma urna, quatorze pedaços de urnas funerárias e uma mão de múmia egípcia (PORTO, 1894, p. 20). Esses objetos poderiam ser encontrados no Museu Paraense, mas como dito no relato (abaixo), objetos da cultura marajoara estavam

sendo deslocados para outros museus no Brasil. Ferreira Penna nos descreve uma urna do Ceramio do Pacoval e depois mostra para onde foi transferida

A urna representa uma mulher cujo corpo inteiro parece velado ou encoberto por um vestido, profusamente ornamentado com ligeiros relevos que o artista realçou com tinta rósea ou quase vermelha que em alguns pontos ainda se distingue. Falta-lhe a tampa e tem na boca algumas fracturas. [...] Esta urna foi extrahida do Ceramio do Pacoval e acha-se no Museu Nacional, para onde a remettiam outros artefactos (PENNA, 1877, p. 57-58).

Ainda sobre Marajó e Pacoval, no livro *As regiões amazônicas: estudos chorographicos dos Estados do Gram Pará e Amazonas*, de Barão de Marajó, são relatadas as excursões feitas ao Pacoval. Uma das excursões realizadas por Ladislau Neto e daqui foram migradas algumas peças para conter na Exposição Antropológica do Museu Nacional.

Que me conste, apenas cinco explorações, mais ou menos importantes, têm sido feitas no semiterio do Pacoval em beneficio da sciencia; a primeira pelo sr. Bernard, sob a direcção do sr. Fred. Hartt em 1870; a segunda pelo sr. Derby em 1871, a terceira pelo sr. Ferreira Penna um anno depois; e as duas ultimas, uma pelo sr. Ladislau Netto, cujos bellos resultados figuram na exposição anthropologica que se realisou no Rio de Janeiro e ultimamente em Chicago, e outra pela commissão encarregada no Pará de obter productos para a exposição de Chicago, onde figuraram; estas duas ultimas creio terem sido as que deram as duas maiores collecções obtidas n'aquelle local (MARAJÓ, 1992, p.316).

A exposição antropológica foi de muita importância para Ladislau Neto, essa exposição é um marcador para entender como os naturalistas e viajantes que vieram às “Amazônias” tinha autonomias para realocar peças amazônicas em museus ou outras instituições científicas. Esse momento é importante para a compreensão do trânsito entender as obras marajoaras enquanto ícones da musealidade da época neste trabalho. Na *Revista da Exposição Antropológica Brasileira*, mostra-se a criação da exposição e da revista para “estudar o *homem* nas diversas manifestações de sua realidade; selvagem ou civilizado” (1882, p. 01). Alguns dos objetos e das informações levadas e negociadas por Ferreira Penna e Ladislau Neto estão na revista, sobre esses objetos e a sua relação de poder para o Museu Nacional. Sanjad (2010) assinala que

com essa coleção, Ladislau finalmente igualava o museu carioca às demais instituições que possuíam a famosa cerâmica do Lago Arari.

[...] o Museu Paraense, o Museu da Universidade de Cornell e o Peabody Museum para onde Hartt e seus companheiros escoavam os objetos encontrados no Brasil (p. 89).

Nessas notas é importante perceber o diálogo entre o museu e a cultura material marajoara. As relações museais que giram em torno de personagens da história da ciência e dos museus na Amazônia demonstram sempre o trânsito material em nome do movimento colecionista da época. Entender essas relações na Amazônia é importante para apreender como os museus agem nesse momento. Identificou-se assim que essa era a prática museológica deste tempo e espaço.¹⁰ As relações museais nos contextos deste trabalho ocorrem quando os protagonistas do patrimônio (comunidade, profissionais, museu) se relacionam no ato da musealização de um objeto museável¹¹.

Assim, a relação museal é aquela que desenvolve a *imaginação museal* dos protagonistas do patrimônio, independentemente do tempo em que os objetos estão inseridos. Esta imaginação “configura-se como a capacidade singular e efetiva de determinados sujeitos articularem no espaço (tridimensional) a narrativa poética das coisas” (CHAGAS, 2009, p. 64). Seguindo este pensamento, a relação museal é aquela que faz com que pessoas e objetos conversem em busca de uma imaginação museal que sirva de pensamento poético e crítico sobre a vida.

A relação museal precisa entender a relação social dos objetos e motivar o homem a problematizar e compreender sua vida a partir dessas relações, já que “objetos cerimoniais adquirem sua forma a partir da combinação de um ofício socialmente apropriado e dos impulsos provenientes de níveis profundos da psique humana” (PEARCE, 2005, p. 19). Hoje a imaginação museal da qual fala Mario Chagas é sentida a partir de outras ressonâncias do nosso tempo e espaço. Mas, no momento colecionista do século XIX, a imaginação museal toma para si as motivações da criação colecionista.

Quando se retira um objeto de seu estado inicial de uso e o transforma em objeto de museus, esse ato faz com que o objeto se renove no mundo dos significados e usos. Os objetos são coisas que se ligam a espaços e tempos,

¹⁰ Para além da Amazônia nesse período, a migração desses objetos ainda permanece presente na vida dos museus hoje. Talvez se precise de um estudo mais aprofundado sobre os objetos que migraram e hoje estão em museus fora do país. Fica a proposta de novos estudos sobre essa relação de um passado-presente.

¹¹ São aqueles que podem ser incorporados ao museu, como afirma Mário Chagas (2009).

transbordam memórias e fazem de nós meros interpretantes de sua imaterialidade e materialidade.

Sobre a região marajoara hoje, (pelo censo do IBGE, tratada como a maior ilha fluvio-marinha do mundo) Agenor Sarraf Pacheco, em uma entrevista dada à Revista Amazônia Viva, discursa sobre como devemos entender a região marajoara a partir de um momento pós-desenvolvimentista para pensar o próprio desenvolvimento enquanto concordes entre paradigmas locais e globais, e também, pensar a Amazônia Marajoara hoje a partir de suas geoculturas e geohistórias heterogêneas e relacionais. Para começo de conversa, Pacheco (2014) aponta que precisa haver uma mudança na concepção sobre o termo “ilha” para que se possa começar a entender as diferentes formas de ser marajoara. Sugere que “é necessário implodir a ideia de ‘ilha ilhada’. A região deve ser pensada como um local estratégico, que tem um potencial turístico, patrimonial e uma grande diversidade de paisagens.” (PACHECO, 2014, p. 37). É sempre importante pensar como essas regiões amazônicas estudadas pelos naturalistas e viajantes são pensadas hoje.

De acordo com o Regulamento do Museu Paraense de 1894, já com a direção de Emílio Goeldi, o museu pretendia estudar, desenvolver e vulgarizar a História Natural e Etnologia do Estado do Pará e da Amazônia em particular, do Brasil, da América do Sul e continente americano (SODRÉ, 1894, p. 22). Fica também claro que a venda de objetos era proibida. Diz o Art. 22.º do mesmo regulamento que “É expressamente proibido a todos os empregados do Museu negociar, isto é, vender objectos de História Natural e de Ethnologia, assim como aceitar incumbencias particulares com o fito de lucros materiais e pessoais” (idem, p.27).

Essa questão da venda de objetos se torna primordial para entender o trânsito desses objetos. A venda pessoal e lucrativa pode ser entendida como um tipo de trânsito, mas envolvendo valores monetários. Portanto, não necessariamente é este tipo de movimento que o trabalho se propõe a pensar. Nesse sentido, o movimento desses objetos é pensado quando são retirados do seu lugar de “origem” e inseridos dentro de uma instituição museológica para fins de estudos, preservação e divulgação.

Sabe-se que se formou na Amazônia junto com o “ciclo da borracha” um “ciclo de pesquisas” e de estudo de objetos. Está claro que as coleções conquistadas vinham das expedições e de algumas doações feitas ao museu.

O nosso Museu e suas collecções zoológicas. Por telegramma que hontem recebeu o illustre sr. dr. Emilio Goeldi, o profficiente director do Museu Paraense, que nol-o communicou, sabe-se que o exm. Sr. dr. Manoel Francismo Machado, senador federal, conseguiu em Obidos um exemplar vivo do notavel peixe *lepidosiren*, -exemplar que provavelmente há de chegar aqui em Belém pelo próximo vapor do Amazonas (FOLHA DO NORTE, 1897 TERÇA-FEIRA 9, N.º 433).

A questão das expedições fica evidente na sessão de viagens e excursões nos Boletins do museu. Nessa sessão, os lugares relatados que foram explorados de 1894 a 1903 são: Castanhal, Ilha das Onças, “Ilha” do Marajó, Zona costeira da Guyana ao norte do Amazonas, Amapá e Counany, Monte Alegre arredores do rio Tapajós, Ceará, entre outras regiões. Sobre as excursões, diz o relatório:

Realisaram-se diversas excursões maiores e menores, com o fito de colecionar n’um mínimo de tempo o máximo de productos da natureza, para o Museu, que tão pobre, era e ainda é. Posso testemunhar de modo mais positivo que se tem feito o que era humanamente possível e não resta dúvida alguma que se se tivesse trabalhado antes, como n’estes poucos mezes, o Museu Paraense seria hoje uma perola entre os seus congêneres e um instituto digno de inveja por parte dos seus collegas (GOELDI, 1895, p.231).

Salienta-se que a prática museológica desse tempo acontece a partir dessas excursões, já que, como sugere a citação de Goeldi, a busca por fazer do museu uma pérola digna e um instituto invejável só seria possível a partir da coleta cada vez maior de objetos, através das excursões, pelas regiões amazônicas. Conclui-se que, as coletas através de excursões são o que move a prática de musealização desse período.

Com o estudo de Suely Moraes Ceravolo, do departamento de museologia e do Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, pode-se ter uma ideia de como seguir com a pesquisa e quais critérios de análise tomar. A escolha do tema e a abordagem histórica deste trabalho se assemelha com o da professora Suely pelo motivo da minha participação por dois anos como bolsista de iniciação científica de um projeto de história com o professor e amigo Agenor Sarraf Pacheco. Esse projeto me fez, principalmente, entender como relacionar história e museologia em trabalhos que discutam patrimônio na Amazônia, principalmente no Marajó. Sobre o diálogo entre a museologia e historia hoje,

percebe-se que a Museologia tem seguido os passos da História e de outras disciplinas na área das Ciências Humanas no seu desenvolvimento ao ampliar suas ações, uma vez que a ação museológica não se restringe à apresentação da representação cultural, nem compreende a cultura como um domínio de conhecimento exterior. Mas pretende a aproximação do acervo junto à comunidade através de ações que valorizem as práticas culturais do grupo, reconduzidas para a valorização e significação desse acervo. (FILHO; Et al, p.269).

Assim, os traçados metodológicos de análise de documento segue o exemplo de Suely em seu trabalho *O Museu do Estado da Bahia entre ideais e realidades (1918 a 1959)*. Nesse trabalho, a autora pretende identificar práticas museológicas e o engendramento dos processos de musealização do Museu do Estado da Bahia de 1918 a 1959. Portanto, estudará a documentação, conservação, ações culturais e educativas, exposições a partir deste museu. Para estudar o Museu Paraense Emílio Goeldi de 1870 a 1912, os processos de musealização serão interpretados e identificados a partir, principalmente, dos boletins publicados a partir de 1894. Serão cartografadas as relações entre o que os relatórios expunham sobre as questões do funcionamento do museu.

Para entender o funcionamento, as ordens de gestão e produção do conhecimento, escolheram-se dividir estas abordagens para entender algumas práticas do Museu Paraense de acordo com os relatórios dos Boletins publicados a partir de 1895. A maioria dos relatórios analisados subdivide-se em categorias de análise como edifício, pessoal, biblioteca, mobília, material de conservação, movimento científico, coleções, viagens e excursões e orçamento. Todos os relatórios são encaminhados ao Governador do Estado devido a grande ligação entre o Estado e o fazer científico como citado por Sanjad nos capítulos anteriores.

O primeiro relatório dos Boletins data de 1895. Esses documentos históricos serviam para explicar ao Governador do Estado o movimento material e científico do museu na época. Portanto, é através dele que a análise da musealidade pode ser feita em relação, principalmente, à preocupação em se organizar um “lugar de guarda” para os objetos coletados pelos cientistas e viajantes da época.

O prédio deve ser pensado de acordo com o acervo e também a responsabilidade da segurança de todos os objetos com base em critérios de conservação da época e hoje. No relatório de 1895, o prédio deveria ser a “casa e rocinha do Sr. Coronel Silva Santos [...]” pela sua “Disposição architetonica interior,

solida estrutura, dimensões, conservação esmerada, aspecto ameno” (GOELDI, 1895, p. 218). Este lugar seria, então, o Museu Paraense e a sua escolha se deu

visto que a rocinha acha-se dentro de terrenos não pequenos que permitem a realização d’aquelles anexos do Museu [...], resolveu escolher um edifício já existente, com dimensões suficientes pelo menos para um certo numero de anos (Idem, p.218-219).

A preocupação com a expansão do acervo é clara quanto à preocupação com o prédio e as suas acomodações. Essa preocupação se dá pelo motivo de expansão do movimento científico do museu com a tomada da direção de Emílio Goeldi. De acordo com Sanjad, et al (2012)

Em agosto de 1895, Goeldi concluiu a transferência do museu para sua nova sede e deu início a uma série de obras visando erigir um “templo para os bens intelectuais” (Goeldi, 1897a, p. 2). Essas obras se prolongariam por mais de oito anos, concentradas principalmente na exposição e no acondicionamento do acervo; na preparação do jardim zoológico e do horto botânico; (p. 198).

O prédio da rocinha é o local, nesse momento, pensado para guardar os objetos com o intuito de conservá-los. Nesse sentido, existe nesse período uma grande preocupação com os objetos e, como no relato anterior de Goeldi, este lugar deveria estar bem apresentável e com condições para ampliação.

A acomodação do acervo no prédio estava organizada de acordo com a divisão da tipologia do acervo no museu. No relatório de 1986, sobre a organização predial do museu, dita-se:

A frente do edifício principal importando em perto de duas partes da área total da casa, recebeu as colleções do Museu. Abrange três salas grandes em forma de U, prestando-se infelizmente o espaçoso corredor central para preencher o papel de uma quarta sala de exposição (GOELDI, 1896, p. 04).

Assim, nestes espaços constavam secções que dividiam objetos em categorias de:

- Arqueologia amazônica- peças da cerâmica marajoara
- Ethnographia – adornos e trabalhos de penas...
- Ethnographia – instrumentos bélicos e de caça, objetos de uso doméstico.
- Entomologia –
- Coleções mineralógicas e geológicas

- Coleções botânicas –
- Zoologia – mamíferos, aves, répteis, peixes montados...
- Aquários- répteis e anfíbios com parte dos instrumentos meteorológico. (GOELDI, 1896, p. 04-05)

Nos relatórios, a questão do acondicionamento das peças gira em torno de uma preocupação científica com o acondicionamento e do material de acondicionamento. Sobre o material de conservação do museu em 1895, no relatório consta:

Fez-se um esforço de melhoramento mandando vir da Europa olhos de vidro, turfa para corpos artificiais, alfinetes de entomologia e um sortimento de tubos e bocas maiores e menores próprios para a exposição de peixes, reptis, etc., em alcool. Comprou-se certa quantidade de alcool e andou-se fazer uns barris especiaes para colleçções feitas durante viagens e expedições, segundo um modelo de nossa invenção. (GOELDI, 1895, p.130)

Aborda-se a questão do pessoal científico do Museu paraense em todos os relatórios lidos. Em 1895, o pessoal científico do museu era representado unicamente por Emílio Goeldi e com a participação de Barão do Marajó na seção de arqueologia do museu. Mas, ao decorrer dos anos, o corpo científico do museu foi tomando novas participações. Já em 1896, o quadro de pessoas aumenta: Na seção de zoologia estavam Emílio Goeldi e Hermann Meerwarth; na Botânica o responsável era Jacques Huber; Mineralógica com Friedrich Katzer (GOELDI, 1896, p. 11).

É nesse momento que o museu consolida o aumento do seu acervo com mais expedições e viagens pela Amazônia. Em 1896, Goeldi revela alguns acréscimos feitos no acervo na parte de zoologia: mamíferos 56 indivíduos, 436 aves, 264 répteis, 8 anfíbios, 198 peixes, 360 insetos, 9 outros. Sobre isso e em pleno diálogo entre museus e doadores, relata-se que:

Dos mammiferos e das aves a maioria já se acha montada, e seja dito, com gosto montada, faltando entre os primeiros apenas a montagem dos representantes de maiores dimensões, que intencionalmente foi transferido para a epoca das chuvas. A fonte principal de riqueza consistio também este anno nos esforços do proprio pessoal do Museu: mas não pequena foi também a affluencia espontânea de material de doadoes particulares e justamente por ahi é visível, que as supramencionadas <<instruções praticas>> foram atendidas por parte do publico. Um valioso presente para a colleção ornothologica, veio-nos da parte dos <<trustes>>, zeladores do

British Museum do Londres, que nos enviaram um caixão contendo perto de 500 pelles de aves neotropicas do Mexixo, da América Central e dos paizes circunvizinhos da Amazônia. Agradei devidamente, em nome do Governo Estadual, esta oferta, que vae nos prestar bons serviços em estudo comparativos. (GOELDI, 1895, p. 19)

Da região marajoara são retiradas algumas espécies para compor o acréscimo do acervo em 1898. A região marajoara se faz presente na construção da musealidade produzida no Museu Paraense Emílio Goeldi, tanto na economia quanto na construção do rico acervo deste museu. Na economia, é importante ressaltar que os investimentos feitos pela economia da borracha no museu vieram também das altas safras de borracha produzidas e exploradas na região. Melo e Pacheco (2013) justificam a importância de se estudar o Marajó “já que produziu quilogramas e mais quilogramas de borracha e, assim, contribuiu diretamente para a produção e exportação gomífera e para a prosperidade da economia do Estado” (p. 04). Além dos materiais arqueológicos, o herbário também era composto por “preciosidades” advindas do Marajó e outras regiões:

Volto à *secção botânica*, onde o indefesso labor e zelo do se chefe não ficou atrás na pacífica concorrência, que lhe faz a primeira *secção*, aliás com um pessoal bastante mais numeroso. A vista d'olhos cresce o herbário, que hoje já constitui uma preciosidade com as suas séries provenientes de regiões tão interessantes como diversos pontos da Guyana Brasileira, da Ilha de Marajó, do alto Capim, dos arredores de Belém e do Ceará (GOELDI, 1897, p.50).

Em 1903, 69 plantas do Marajó foram oferecidas ao Museu:

Temo entretanto, mais uma vez, o prazer especial de registrar a doação de uma collecção de plantas seccas, provenientes de Marajó, que foi oferecida ao Museu pelo snr. Dr. Vicente Chermont de Miranda, no principio do anno. Embora não muito grande, esta coleção compreendia um erto numero de especies que faltavam ainda no nosso herbario Amazonico (GOELDI, 1903, p. 07)

Entender o que o Museu Paraense representava para Amazônia pode permitir a compreensão da relação entre o Novo mundo, Velho mundo e a ciência em espaços ricos e heterogêneos de riquezas naturais e culturais. O movimento científico desse momento sugere uma prática moderna e cartesiana de se pensar a pesquisa científica de paradigmas dominantes. Nesse contexto científico, o museu se torna o lugar do conhecimento genuíno e fora dele existem apenas objetos para ciência. Sobre o Museu Emílio Goeldi na Amazônia, pode-se perceber como eram

representados através do relato do Intendente do Museu de História Natural de Viena, Dr. Franz Steindachner:

Um princípio brilhante, muito promettedor, tem sido já feito no Museu Goeldi, cuja fundação constitue para o Estado do Pará um padrão da mais alta honra e legitimo orgulho. A criação deste instituto, realmente unico no seu gênero no meio de um jardim zoologico e botanico, bem significa um postulado necessario ao mundo scientifico, bem significa um postulado necessario ao mundo scientifico todo, e o Estado do Pará foi bastante feliz de ter encontrado para a mais idônea no sr. Professor Goeldi, que, como nenhum outro sabio do nosso conhecimento, reúne um saber universal com raro dom de observação e indefessa atividade de colleccionador. (GOELDI, 1903, p. 16)

Pode-se concluir este capítulo com uma análise entre alguns autores importantes em relação aos museus, à ciência e às expedições desse período e de hoje. É importante ressaltar que, para se pensar a musealidade desse período, deve-se ter em mente algumas considerações sobre os conceitos sobre raça, civilização e cultura material na Amazônia Marajoara. Sobre estes, citando relatos de Ferreira Penna sobre a civilização material do Marajó, Barão de Marajó expõe:

Deixando o estudo de uma theoria geral sobre as raças americanas, restringindo o campo aos *ceramios* de Marajó, onde foram achadas as duas bellas collecções que figuraram em Chicago, o estudo ainda assim não de ser complicado. O homem mais modesto ou talvez o que mais sabia d'estas regiões amazônicas, Ferreira Penna, concluiu que os Aruans, a raça que dominou em Marajó, era um resto da grande raça *caraíba*, e que a esta nas mais remotas eras, ainda quando não esquecera a civilisação dos caraíbas, eram devidas essas bellas urnas das camadas inferiores do solo. Que a esta raça, successivamente degenerada ou abastarda, talvez mesmo por misturas com hordas menos civilisadas, se devem tambem as urnas das camadas superiores, e conclue com Foster que as gerações que se succediam, mas degenerando successivamente de seus antepassados, imprimiam sobre os artefactos as feições caracteristicas de sua civilização. (p.322)

Justifica-se nesse trabalho que a degeneração da raça dava à ciência a legitimidade da posse de objetos de outras culturas. Como sugere Schwarcs (2010), nesse momento “ninguém duvidava do progresso- de um progresso linear e determinado-, assim como não se questionava a idéia de que o único modelo de civilização era aquele experimentado pelo Ocidente” (p. 116).

A visão sobre raça hoje já se faz sobre outra perspectiva, menos classificatória e mais híbrida. A questão da raça hoje é muito mais vista a partir dos

novos paradigmas da ciência e motivadas pela perspectiva das diásporas que acompanham o movimento do mundo. Serve-se então “O hibridismo, a impureza, a mistura, a transformação que vem dessas novas inusitadas combinações dos seres humanos, culturas, ideias, políticas, filmes, canções” (RUSHDIE *apud* HALL, 2003, p. 34).

Pode-se inferir que, a partir da prática diaspórica dos objetos ocorre um hibridismo da cultura material. Mais uma contribuição dos Estudos Culturais e Pós-coloniais para à museologia e museografia ao se deparar com narrativas raciais tanto para pessoas quanto para objetos que falam de pessoas. Pois, objetos podem sim ser “criolizados”. A esse respeito sugere Glissant:

[...] se aplica à situação atual do mundo, ou seja, à situação na qual uma “totalidade terra”, enfim realizada, permite que dentro dessa totalidade (onde não existe mais nenhuma autoridade “orgânica” e onde tudo é arquipélago) os elementos culturais talvez mais distantes e mais heterogêneos uns aos outros possam ser colocados em relação. Isto produz resultantes imprevisíveis (GLISSANT, 2005, p. 27).

Exemplo de aplicação dessa compreensão no cotidiano da vida sociocultural é produzido por Pacheco (2012) ao citar patrimônios, paisagens e festas que acontecem no Marajó das Florestas¹² mostra a existência de cosmologias afroindígenas na Amazônia Marajoara. Portanto, o autor apreende mundos em misturas e conexões, dando visibilidade para que negros e indígenas produzissem na intersecção de suas práticas culturais.

Esses dois autores revelam considerações importantes ao tratar questões sobre culturas, identidades e patrimônios na Amazônia e na América Latina. Essa maneira de pensar deve transbordar para dentro das narrativas museológicas e museográficas no momento de criação, reinvenção, documentação, conservação, pesquisa e comunicação. Todos os processos de musealização citados devem rever suas epistemologias no fazer teórico e prático para tornar o conhecimento museológico mais plural, solidário e transcultural.

Sobre a questão científica e os discursos sobre a ciência, Boaventura de Souza Santos (2010, p. 61-88), propõe pensar algumas características do pensamento pós-moderno:

¹² O pesquisador cita cachimbos com traços negros e indígenas, a Igreja de São Miguel Arcanjo construída por índios e negros no período colonial, assim como os cordões do Japiim e Boi Estrela que recriam cantos, danças e ritos afroindígenas nessa zona de imbrincamentos.

1. Todo conhecimento científico-natural é científico-social
2. Todo conhecimento é local e total
3. Todo conhecimento é autoconhecimento
4. Todo conhecimento científico visa constituir-se em senso comum

Sobre as expedições na relação museal, Cristina Bruno (2004), aponta a lógica colecionista do tempo das instaurações dessas instituições científicas, tanto na Amazônia quanto no resto do país, e também cita as novas abordagens hoje no campo dos museus e suas coleções:

A lógica de muitas instituições brasileiras tem sido elaborada e rearticulada a partir de acervos resultantes de espólios de viajantes, estimulados pelos mais diferentes desafios e responsáveis por coletas impregnadas por olhares ilustrados e seletivos e de concepções patrimoniais que se afirmam mediante o entesouramento de bens culturais transformados em indicadores da memória. [...] As expedições são, atualmente, orientadas por códigos de ética; os museus, cada vez mais, têm suas gestões partilhadas com distintos segmentos da sociedade e as decisões sobre os acervos devem respeitar normas internacionais. (p. 43-45)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa museológica teve como princípio entender musealidades historicamente construídas pelo Museu Paraense Emílio Goeldi em relação a algumas localidades da Amazônia, especialmente, a região marajoara. Procurou-se, no decorrer da escrita, realizar abordagens ancoradas na vida diaspórica de “tesouros” ou objetos científicos da época. Essa abordagem situa a musealização enquanto diaspórico que tange ao tratamento de objetos. A força colecionista dos séculos XIX e XX fez com que muitos objetos etnológicos, arqueológicos, zoológicos migrassem para dentro dos museus para suprir interesses e demandas científicas da época.

O trabalho mostrou como se deu a migração dos objetos na Amazônia através da agência de alguns personagens-viajantes-naturalistas importantes da época como Ferreira Penna, Derby, Charles Hartt, Emílio Goeldi, entre outros. A migração simbólica e material desses objetos é vista como a essência do movimento científico museal na Amazônia entre 1870 a 1903. O museu nasce desse grande depósito de objetos, é preciso se ter em mente a importância da preservação do patrimônio, mas também refletir sobre as práticas colecionistas à luz das normas do código de ética de museus e de instituições patrimoniais, como o IPHAN, no que tange à relação dos patrimônios locais e suas comunidades.

O patrimônio vive nas consonâncias de se pensar a partir do diverso e das somas, portanto, ele se integraliza e se transfigura a partir da abertura das instituições museológicas, dos museus e da sua importância social, mental, cultural e ambiental. A importância desse trabalho também se manifesta quando tentou entender os cruzamentos entre museologia e história para prospectar novas intensões analíticas ao pensar os museus criados no século XIX e XX.

O trânsito colecionista dos objetos, a musealização e as musealidades são fenômenos que, quando estudados, motivam o olhar crítico em relação à cultura material, seus significados e agenciamentos construídos por sujeitos e instituições científicas e políticas.

FONTES DE PESQUISA

Convenção de São Salvador, 15 de Julho de 1976.

DO NORTE, Folha. Museo Paraense. Terça-feira 9, N.º 433, 1897, p. 02.

FILHO, Mello Moraes. **Revista da Exposição Antropológica Brasileira**. Rio de Janeiro, 1882.

GOELDI, Emílio. Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. Secretario do Estado da Justiça, Interior e Instrução Publica. IN **Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnographia**: Tomo V (fascículo 1), Typographia de Alfredo Silva & C.^a e do Instituto Lauro Sodré. Pará, Brasil, 1903, (Parte administrativa I), pp. 01-22

GOELDI, Emílio. Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. Secretario do Estado da Justiça, Interior e Instrução Publica. IN **Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnographia**: Tomo V (fascículo 1), Typographia de Alfredo Silva & C.^a e do Instituto Lauro Sodré. Pará, Brasil, 1904, (Parte administrativa II), pp. 23-42.

GOELDI, Emílio. Relatório apresentado ao Exm.º Sr. Dr. José Paes de Carvalho, Governador do Estado do Pará, pelo diretor do Museu Paraense. (parte administrativa). IN **Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnographia**: Tomo III (fascículo 1-4), Typographia de Alfredo Silva & C.^a e do Instituto Lauro Sodré. Pará, Brasil, 1900-1902, pp. 105-134

GOELDI, Emílio. Relatório apresentado ao Exm.º Sr. Dr. José Paes de Carvalho, Governador do Estado do Pará, pelo diretor do Museu Paraense (1900). IN **Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnographia**: Tomo III (fascículo 1-4), Typographia de Alfredo Silva & C.^a e do Instituto Lauro Sodré. Pará, Brasil, 1900-1902, pp. 255-275.

GOELDI, Emílio. Relatório apresentado ao Exm.º Sr. Dr. José Paes de Carvalho, Governador do Estado do Pará, pelo diretor do Museu Paraense. IN **Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnographia**: Tomo III (fascículo 1-4), Typographia de Alfredo Silva & C.^a e do Instituto Lauro Sodré. Pará, Brasil, 1900-1902, pp. 1-53.

GOELDI, Emílio. Relatório apresentado ao Sr. Dr. Lauro Sodré Governador do Estado do Pará, pelo diretor do Museu Paraense. IN **Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnographia**: Tomo II (fascículo 1-4), Typographia de Alfredo Silva & C.^a. Pará, Brasil, 1897-1898, pp. 01-27

GOELDI, Emílio. Relatório apresentado pelo diretor do Museu Paraense ao sr. Dr. Lauro Sodré, Governador do Estado do Pará. IN **Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnographia**: Tomo I (fascículo 1-4), Typographia de Alfredo Silva & C.^o. Pará, Brasil, 1895, pp. 217-238.

HARTT, Carlos Frederico. Nota sobre algumas tangas de barro cosido dos antigos indígenas da Ilha do Marajó. **Arquivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro**. Volume 1, 1876, pp.21-26.

MARAJÓ, José Coelho da Gama Abreu, Barão de. **As regiões amazônicas: estudos chorographicos dos Estados do Gram Pará e Amazonas**. – 2 ed. – Belém: SECULT, 1992 (Lendo o Pará; 12)

PENNA, Domingos Soares Ferreira. Breve Noticia sobre os Sambaquis do Pará. **Arquivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro**. Volume 1, 1876.

PORTO, Raymundo M. S.. Relação dos objectos existentes no Museu Paraense. **Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnographia**: Tomo I (fascículo 1-4), Typographia de Alfredo Silva & C.º. Pará, Brasil, 1894-1896, pp. 20-22.

SODRE, Lauro. Regulamento do Museu Paraense. **Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnographia**: Tomo I (fascículo 1-4), Typographia de Alfredo Silva & C.º. Pará, Brasil, 1894-1896, pp. 22-27.

VELLOZO, Pedro Leão. **Relatório com que o excellentissimo senhor presidente da província Dr. Pedro Leão Vellozo** passou a administração da mesma ao excellentissimo senhor vice presidente Barão de Arary, no dia 9 de abril de 1867. Pará. Typ. De Frederico Rhossard, 1867. Disponível na Biblioteca Central da Universidade Federal do Pará. Obras Raras.

REFERÊNCIAS

APPADURAI, Arjun. **A vida social das coisas**. As mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: EDUFF, 2008, pp. 143-178, 2008.

BÁEZ, Fernando. **A História da Destruição Cultural na América Latina**: da conquista à globalização. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BHABHA, Homi. O entrelugar das culturas. In: COUTINHO, Eduardo F. (Org.). **O bazar global e o clube dos cavalheiros ingleses**: textos seletos de Homi Bhabha. Tradução: Teresa Dias Carneiro. Rio de Janeiro: Rocco, 2011, pp. 13-61.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.º11, Brasília, maio-agosto de 2013, pp. 89-117.

BELLAIGUE, Mathilde. O desafio museológico. In: **Fórum de Museologia do Nordeste**, 5, 1992, Salvador. 8

BRUNO, Cristina. A pesquisa em Museologia: o Programa Técnico-Científico do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. **Ciências em Museus**, vol. 3, 1991, pp. 09-26.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. As expedições no cenário museal. In: **Expedição São Paulo 450 anos**: uma viagem por dentro da metrópole. São Paulo (SP): Secretaria Municipal da Cultura, 2004, p. 24-32

CANDIDO, Manuelina Maria Duarte. **Gestão de museus**: um desafio contemporâneo: diagnóstico museológico e planejamento. Porto alegre, Medianiz, 2013.

CHAGAS, Mario de Souza. O campo de atuação da Museologia. **Ciências em Museus**, v. 3, 1991, pp. 73-84.

CHAGAS, Mário de Souza. O Objeto de Pesquisa no caso dos Museus. **Ciências em Museus**, v. 2, 1990, pp. 41-45.

CHAGAS, Mario. **A imaginação museal**: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: Ibram/Garamond, 2009.

CHAGAS, Mario. Casas e Portas da memória e do patrimônio. **Revista Em Questão** Porto Alegre, vol.13, n.º 02, 2007.

CHAGAS, Mário. Pesquisa Museológica. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha dos (orgs.). **Museu: instituição de pesquisa**. Rio de Janeiro: MAST, 2005, p.11-22.

CHOAY, Françoise, 1925. **A Alegoria do Patrimônio**. Trad. Luciano Vieira Machado. 4ª ed. – São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

CITELI, Maria Tereza. As desmedidas da Vênus Negra. Gênero e raça na História da Ciência. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 61, novembro, 2011, pp. 163-165.

CURY, Marília Xavier. Museologia- Marcos Referenciais. **Cadernos do CEOM** - Ano 18, n. 21 - Museus: pesquisa, acervo, comunicação, 2003.

CURY, Marília Xavier. Museu, Filho de Orfeu, E Musealização. In: **VIII Encontro Regional. ICOFOM LAM/ 8**, Coro, Venezuela, 1999, pp. 50-55.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs** - capitalismo e esquizofrenia.Vol.1, São Paulo: Ed.34, 1995.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François, editores; **Conceitos Chaves da Museologia**. Trad. Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury. Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, São Paulo, 2013, pp. 07-98.

FILHO, Sérgio Armando Diniz Guerra; NASCIMENTO, Jairo Carvalho do; OLIVEIRA, Josivaldo Pires de; **Bahia: ensaios de história social e ensino de história**. Salvador: EDUNEB, 2014. 318p.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 3. Ed. Rev. Ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. **Diferentes, Desiguais e Desconectados**.3. Ed. – Rio de Janeiro: Editora: UFRJ, 2009, pp. 15- 53.

GLISSANT, Édouard. **Introdução a uma poética da diversidade**. Trad. Enilce do Carmo Albegarra Rocha- Juiz de Fora: Editora UFJE, 2005, pp. 13-39

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos**: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro, 2007.

GREGOROVÁ, Ana. A discussão da Museologia como disciplina científica. **Cadernos Museológicos**, Rio de Janeiro, IBPC, N. 01, 1990, pp. 49-54.

GUARNIERE, Waldisa Rússio. Museu, Museologia, Museólogo e Formação. **Revista de Museologia**, 1989, ano 1, n. 1, p. 07-11.

HALL, Stuart. Pensando a diáspora: reflexões sobre a terra no exterior. In: **Da Diáspora**: identidades e mediações culturais. Tradução Adelaine La Guardiã Resende... [et. al]. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003, pp. 25-50.

HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, Francisca. El estatuto epistemológico de la museología. In: **Planteamientos teóricos de la museología**. Gijón: TREA, 2006, p. 71-90.

HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, Francisca. La museología crítica. In: **Planteamientos teóricos de la museología**. Gijón: TREA, 2006, p. 200-226.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. **Saberes Ambientais: desafios para o conhecimento disciplinar**. Belo Horizonte: ed. UFMG, 2008, pp.09-31.

IBRAM, *Museus em Números/Instituto Brasileiro de Museus*. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, Vol. 1, Brasília, pp. 46-97, 2011.

KOPYTOFF, Igor. “A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo”. In: APPADURAI, Arjun. **A vida social das coisas**. As mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: EDUFF. pp. 143-178, 2008.

LATOURE, Bruno. Redes que la razón ignora: Laboratorios, Bibliotecas, colecciones. In: Fernando J. Garcia Selgas e José B. Moleón. (Ed). **Retas de La Postmodernidad**. Madrid: Trota, 1999, pp. 161-183.

LOUREIRO, Maria Lucia de N. M. Museu, museologia e informação científica: uma abordagem interdisciplinar. In: **Museu e Museologia: Interfaces e Perspectivas**. Organização de: Marcus Granato, Claudia Penha dos Santos e Maria Lucia de N. M. Loureiro. Rio de Janeiro: MAST, 2009.

LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto. 2005, p.111-153.

MACHADO, Ana Maria Alves. Cultura, ciência e política: olhares sobre a história da criação dos museus no Brasil. In: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves (orgs). **Museus do Gabinetes de Curiosidades à Museologia Moderna**. – Belo Horizonte, MG: Argvmentvm; Brasília, DF: CNPq. IV. Série, 2005.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Ofício de Cartógrafo: Travessias latino-americanas da comunicação na cultura**. Tradução: Fidelina Gonzáles. São Paulo: Col. 3. Edições Loyola, 2004. 09-44

MELO, Josiane Martins; PACHECO, Agenor Sarraf. Patrimônios Marajoaras em tempos de Belle Époque: História, Poder e Interculturalidade. In: **AnaisXXV Seminário de Iniciação Científica da UFPA**, 2014, Belém. Ciências Humanas. Belém: EDUFPA, 2014.

MELO, J.; PACHECO, Agenor. Sob o Signo de Aquário: o Patrimônio Marajoara em Tempos de Belle Époque. **Anais do XXIV Seminário de Iniciação Científica da UFPA** – Belém, 2013.

MENSCH, Peter Van. **O objeto de estudo da museologia**. Tradução: Debora Bolsanello e Vania Dolores Estevam de Oliveira. Rio de Janeiro, UNI-RIO/UGF, 1994.

MIGNOLO, Walter D. 2003. Globalização, “Mundialización: processos civilizadores e a recolocação de línguas e saberes. In: **História Locais/Projetos Globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte. Ed. UFMG, pp. 376-420.

MIGNOLO, Walter. **Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad**- 1.º ed. – Buenos Aires: Del Signo, 2010, 128 p.

MIGNOLO, Walter. Herencias coloniales y teorías postcoloniales. Disponível em www.cholonautas.edu.pe/ Biblioteca Virtual de Ciencias Sociales. Acesso em 26 de fev. 2014.

MORAES, Nilson Aves de. Museus e poder: enfrentamentos e incômodos de um pensar e fazer. In: **O caráter político dos Museus**. Rio de Janeiro, MAST, 2010.

NAVARRO, Óscar; TSAGARAKI Christina. **Museos en la Crisis: una visión desde la museología crítica**. Universidad Nacional de Costa Rica. Instituto Latinoamericano de Museos (ILAM), 2010. Disponível em <http://museosanalberto.com.ar/1070.html>

NELSON, Cary. Estudos Culturais: uma introdução. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação**. 6ª. ed. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005, pp. 07-38.

ORTEGA, C. O; LARA, M.L.G. A noção de documento: de Otlet aos dias de hoje. **DataGramZero**. Revista da Ciência da Informação, v. 11, n. 2, abr. 2010.

ORTIZ, Renato. 1947. **O Próximo e o Distante: Japão e modernidade – mundo**- São Paulo: Brasiliense, 2000, pp. 11-202.

PACHECO, Agenor. Os Estudos Culturais em Outras Margens: identidades afroindígenas em “zonas de contato” amazônicas. **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais** Setembro/ Outubro/ Novembro/ Dezembro de 2012 Vol. 9 Ano IX, pp. 01-19.

PEARCE, Susan M. Pensando sobre os objetos. In: **Museus Instituição de Pesquisa**. Organização de: Marcus Granato e Claudia Penha dos Santos. Rio de Janeiro: MAST, 2005.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, pp. 200-212.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, pp. 03-15.

POULOT, Dominique. A razão patrimonial na Europa do século XVIII ao XXI. CHUVA, Márcia (Org.). **História e Patrimônio - Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 34, Brasília, 2011, pp. 27-43.

POULOT, Dominique. **Museu e Museologia**. Tradução Guilherme Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

RANGEL, M.F. (2010). Políticas Públicas e Museus no Brasil. In: Granato, M., Santos, C.P., & Loureiro, M.L.N.M. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins (117-138). **MAST Colloquia** V. 12, Rio de Janeiro.

RIBEIRO, Berta G. Cultura Material: Objetos e Símbolos. **Revista Ciências em Museus**, Vol. 2, 1990, pp. 17-25.

RIBEIRO, Berta G. Museu e Memória: Reflexões sobre o colecionamento. **Revista Ciências em Museus**, Vol. N.º 2, 1989, pp. 109-122.

RIBEIRO, Cecília Volkmer. O colecionismo e a sobrevivência do Homo Sapiens. **Episteme**. Porto Alegre, n. 22, 2005, p. 67-79.

ROSSI, Paolo. "Lembrar e esquecer". In: **O passado, a memória, o esquecimento**. São Paulo: Ed. UNESP, 2010, p. 15-38.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. Trad. Rosaura Eichenberg. SP: Companhia das Letras, 2007.

SANJAD, Nelson et al. Documentos para a história do mais antigo jardim zoológico do Brasil: o parque zoobotânico do Museu Goeldi. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. Hum.**, Belém, v. 7, n. 1, abr. 2012, pp. 197-258.

SANJAD, Nelson. "Ciência de potes quebrados" Nação e região na arqueologia brasileira do século XIX. **Annais do Museu Paulista**. V. 19. N.1. Jan.- junho 2011, pp. 133-164.

SANJAD, Nelson. Emílio Goeldi (1859-1917) e a Institucionalização das Ciências Naturais na Amazônia. **Revista Brasileira de Inovação**. Vol. 05. N.º02 Julho/Dezembro, 2006, pp. 455-477

SANJAD, Nelson. **A Coruja de Minerva: o Museu Paraense entre o Império e a República (1866-1907)**. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus; Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2010.

SANJAD, Nelson. Charles Frederick Hartt e a institucionalização das ciências naturais no Brasil. **Revista Hist. cienc. saúde-Manguinhos**. vol.11 no.2 Rio de Janeiro May/Aug. 2004, pp. 449-455.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para além do pensamento abissal: das linhas globais e uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 78, outubro, 2007, pp. 03-46.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Um discurso sobre as ciências**. 7. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Myriam S.. Os museus Brasileiros e a Constituição do Imaginário Nacional. **Soc. estado**. [online]. 2000, vol.15, n.2, pp. 271-302.

SCHEINER, Tereza Cristina. O museu, a palavra, o retrato e o mito. **Revista Museologia e Patrimônio**, vol. 1, n.º 1. Jul/dez de, 2008. pp. 57-73.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. A “Era dos Museus de Etnografia” no Brasil: o Museu Paulista, o Museu Nacional e o Museu Paraense em finais do XIX. In FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves (orgs). **Museus do Gabinetes de Curiosidades à Museologia Moderna**. – Belo Horizonte, MG: Argvmentvm; Brasília, DF: CNPq. IV. Série, 2005.

STÁNSKÝ, Zbynek Z. Sobre o tema “Museologia-ciência ou apenas trabalho prático?” (1980). Trad. Tereza Scheiner. **Revista Museologia e Patrimônio** – Vol. 1, n.º 1- jul/dez de 2008.

SUANO, M. **O Que e Museu**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986. 97p.

TILLIS, Antonio D. Mulher, negra, caribenha, canadense e lésbica: representando os vários “selves” na poesia de Dionne Brand. IN **Migrações teóricas, interlocuções culturais**: estudos comparados (Brasil/Canadá). Almeida, Sandra. R. G., Diniz, Dilma Castelo Branco, Santos, José dos (orgs). Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

Revista Amazônia Viva. Entrevista com Agenor Sarraf Pacheco. Belém-Pará, 2014, pp. 36-37.

WILLIAMS, Raymond. Cultura. In: **Marxismo e Literatura**. Zahar Ed. Rio de Janeiro, 1979, p. 17-26.